



# Anais da Assembléia

Nº 42

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado HEINZ GEORG HERWIG  
PT ..... Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares de Oliveira Neto - Luiz Carlos Calto Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nezeu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT - 07:** Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB - 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB - 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Lúiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 30.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1994**  
**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademair Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Tólio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colômbino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emília Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cafo Quintana, João Preis e Plauto Miró Guimarães (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

A Mesa registra com satisfação a presença neste Plenário do prefeito de Colorado, Cláudio Ático e do assessor João Naime Neto, a pedido do ilustre Deputado José Tavares, ao qual nós nos somamos.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 861**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

**REQUERIMENTO Nº 879**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e na condição de Líder da Bancada do PFL, REQUER que a Presidência se pronuncie sobre a seguinte questão de ordem: "com a diminuição da Bancada do PL - Partido Liberal, que permanece somente com um Deputado, formulamos a questão de ordem para esclarecer se a mesma Bancada continua com a representação perante as Comissões Permanentes".

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) NELSON GARCIA

Líder da Bancada do PFL

**REQUERIMENTO Nº 827**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Isaias Machado, ocorrido dia 15 de abril de 1994, na Cidade de Ponta Grossa - PR.

Pessoa muito estimada e de grandes amizades, que com seu passamento deixará parentes e amigos com saudades.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, sita à Rua Santos Dumont, 1714, em Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO Nº 828**

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sebastião Ubiratan Pioli Gonçalves, ocorrido dia 15 de abril de 1994, na Cidade de Ponta Grossa - PR.

Pessoa muito estimada e de grandes amizades, que com seu passamento deixará parentes e amigos enlutados.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, sita à Rua General Rondon, 493, Bairro Nova Rússia, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Duílio Rizental, ocorrido dia 14 de abril de 1994, na Cidade de Ponta Grossa - PR.

Pessoa de grande estima e consideração, e com certeza seus parentes e amigos sentirão muito sua falta.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, sita à Rua Dr. Colareti, 538 - ap. 301, em Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 857

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento de Manoel da Cruz de Jesus, ocorrido nesta Capital. Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 858

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Pedrina Massionk, ocorrido nesta Capital. Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 859

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Vicente de Cristo, ocorrido nesta Capital. Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu

passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 860

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Lorenzo Parize, ocorrido nesta Capital. Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO N° 825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão votos de congratulações e manifestações de regozijo pela passagem do 48° aniversário de instalação da Comarca de Piraf do Sul, expressões essas que atribui às pessoas do Exmo. Sr. Marcelo Zanella Milléo, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilmo. Sr. Elio Muller, Mui Digno vice-Prefeito Municipal, a Excelentíssima Sra. Dra. Denise Antunes Meritíssima Juíza de Direito daquela Comarca, ao Ilmo. Sr. Dr. Samir Baruk, Mui Digno Promotor da Justiça, ao Exmo. Sr. Vereador Dr. Victor Miguel Milléo, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, ao Ilmo. Sr. Vereador César Veiga de Mello, Mui Digno vice-Presidente da Câmara, ao Ilmo. Sr. Vereador Luís Carlos Alves da Silva, Mui Digno 1° Secretário da Câmara, ao Ilmo. Sr. Vereador Parailio de Oliveira King, Mui Digno 2° Secretário da Câmara e demais ilustres integrantes daquela colenda Casa de Leis, Vereadores Lauro Lopes Teixeira, Sebastião Dalcool Ribas, Jair Fernando de Oliveira, Kamal El Asckar e Guilherme Fontes.

Piraf do Sul é uma das mais progressistas cidades da Região dos Campos Gerais.

Situada às margens do histórico "Caminho do Viamão", surgiu do pouso dos tropeiros que levavam as boiadas de Viamão no Rio Grande do Sul até Sorocaba em São Paulo.

Desmembrada de Castro, foi elevada à categoria de Freguesia em 12/04/1872 pela Lei Provincial n° 329 com Senhor Menino Deus do Piraf e a nível de Município, em 05/03/1881 pela Lei Provincial n° 631.

Através de Decreto - Lei Estadual n° 199 de 30/12/43 recebeu a denominação de

Piraf - Mirim e em 10/10/47, pela Lei Estadual nº 02 recebeu a denominação de Piraf do Sul.

Piraf do Sul, passou a sede de Comarca pelo Decreto nº 441 de 01/02/1946, a qual foi instalado no dia 24/07/1882 e é comemorada no dia 23 de abril.

Município, onde a fé e o amor a Deus são ardentes e fervorosos, tem a proteção de seu Santo padroeiro o Senhor Menino Deus e de sua diletíssima Mãe Nossa Senhora das Brotas.

Entroncamento rodoviário, Piraf do Sul é um importante elo de ligação entre a capital paranaense, o Norte Novo - (Via estrada de Cerne), o Norte Pioneiro - (Via Arapoti) e São Paulo (Via Itararé).

Limitando-se com os Municípios de Arapoti, Castro, Cerro Azul, Jaguariaíva e Tibagi, Piraf do Sul possui uma área de 1.437, 370 Km2, dista 192 Km da Capital e possui uma população superior a 20 mil habitantes.

Da decisão do Plenário, requer ainda seja dada ciência às autoridades inicialmente nominadas, através da Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO Nº 844

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Dr. Paulo Ernesto de Araújo Cunha, pela posse no cargo de Diretor-Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Que do teor do presente dê-se ciência ao homenageado, ao Secretário de Estado da Segurança Pública e à Associação dos Delegados de Polícia do Paraná, ADEPOL.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Delegado de carreira, o Dr. Paulo Ernesto de Araújo Cunha tem larga folha de serviços prestados à Polícia Civil do Paraná.

Homem com excelente formação e de reconhecida dedicação, o novo Diretor-Geral da Polícia Civil do Paraná assume o cargo com o compromisso de oferecer àquele organismo policial as condições necessárias para atuar na segurança pública do nosso Estado.

Com o presente requerimento queremos ensejar os cumprimentos do Poder Legislativo ao novo Diretor, augurando-lhe uma gestão profícua e empreendedora.

#### REQUERIMENTO Nº 845

Senhor Presidente.

Curitiba, terça, em 19.04.94

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Coronel Sérgio Itamar Alves, pela posse no cargo de Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná.

Que do teor do presente dê-se ciência ao homenageado, ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Clube dos Oficiais da PMPR.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

"Priorizar a atuação do policial militar como agente prestador de serviços públicos e não como um mero integrante de uma força pública na repressão policial". Tendo neste compromisso uma das principais metas de sua gestão, o Coronel Sérgio Itamar Alves assumiu no último dia 11 de abril, o Comando Geral da Polícia Militar.

Entretanto, o trabalho do Coronel Itamar não estará restrito a isso e, já na sua posse, registrou os passos que pretende seguir para conseguir construir a imagem de uma Polícia mais participativa, eficiente na prestação dos serviços de segurança à população.

Que esta manifestação represente os cumprimentos do Poder Legislativo ao novo comandante, bem como nossos votos sinceros de uma gestão profícua e empreendedora.

#### REQUERIMENTO Nº 865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Ilmo. Sr. Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, felicitando-o pelo apoio à Campanha pró outorga do "Título de Patrono da Unidade Nacional", sob a República, ao General Antônio Ernesto Gomes Carneiro.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) ALCEU SWAROWSKI

#### JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Povo e TV Paranaense, sob direção do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, ao lado das grandes ações paranistas, como nas questões dos "Royalties" contra a criação do Estado do Iguazu, agora se engaja no apoio ao Título de Patrono da Unidade Nacional, ao General Antônio Ernesto Gomes Carneiro, nada mais justo, portanto, do que receber as nossas congratulações.

#### REQUERIMENTO Nº 866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

enviado Ofício ao Exmo. Sr. Deputado Federal Paulo Munhoz da Rocha, felicitando-o pela apresentação de Projeto de Lei, em atenção ao nosso pedido, outorgando o Título de "Patrono da Unidade Nacional", sob a República, ao General Antônio Ernesto Gomes Carneiro.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) ALCEU SWAROWSKI

**JUSTIFICATIVA:**

Nada mais justo na época em que se comemora o Centenário da Revolução Federalista, que se homenageie com o Título de "Patrono da Unidade Nacional", ao grande General Carneiro, herói que em 09 de fevereiro de 1894, no Cerco da Lapa, tombou em cumprimento ao seu dever. Decidiu a sorte do movimento, salvando a República.

Hoje, quando se esboçam movimentos separatistas em vários pontos dos país, o exemplo de Carneiro é mais atual, já que a Consolidação da Unidade Nacional, além de imperativo Constitucional, está arraigada na consciência de todos os brasileiros.

**REQUERIMENTO N° 867**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Dr. Ronaldo Botelho, pela posse no cargo de Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.

Que do teor do presente dê-se ciência, além do homenageado, ao Governador do Estado e ao Presidente da OAB/PR.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Advogado, Promotor Público, Procurador da Justiça, Professor Universitário, Ronaldo Botelho é um dos mais respeitáveis nomes na sociedade jurídica paranaense.

Com formação humanista privilegiada, Ronaldo Botelho detém todas as qualidades necessárias para o exercício da nova função: honestidade, seriedade, competência e profundo senso de justiça.

Que o presente requerimento enseje, também, os votos do Poder Legislativo de uma gestão profícua e empreendedora ao novo Secretário.

**REQUERIMENTO N° 868**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Senhor Gilberto de Abreu Pires, pela posse no cargo de Provedor Geral da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Membro de uma família que, há pelo menos 50 anos, está ligada à Provedoria da Santa Casa de Misericórdia. Gilberto de Abreu Pires é uma figura muito querida em nossa sociedade e é conhecido pela sua preocupação com as causas filantrópicas.

Substituindo o engenheiro Ivo Arzua, ex-prefeito de nossa Capital, no cargo de Provedor, Gilberto de Abreu Pires tem uma tarefa pouco fácil frente à nova função. Todos sabem do drama vivido pelos hospitais filantrópicos em nosso país, sobreviventes à crise somente em função da colaboração da comunidade e da dedicação de alguns abnegados.

Mas sabemos que Gilberto de Abreu Pires há de se desincumbir com desenvoltura das novas atribuições, exatamente como o fez nas responsabilidades que anteriormente lhe foram confiadas no BADEP, na PARANATUR, na representação do Governo do Paraná, na APR, na FIEP, entre outros.

**REQUERIMENTO N° 869**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao Dr. Newton Grein, pela posse no cargo de Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social.

Que do teor do presente dê-se ciência, além do homenageado, ao Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Homem, amplamente reconhecido pela sua preocupação com as questões de cunho social e, principalmente, pelo seu esforço para materializá-la em ações objetivas e úteis, o Dr. Newton Grein é a garantia de uma política séria na área social da administração pública paranaense.

Nós, que acompanhamos de perto o trabalho das entidades sociais do Paraná, confiamos no permanente e aberto diálogo da SETA com essas entidades, buscando o aprimoramento e a colaboração do Poder Público, com suas atividades.

Que o presente requerimento enseje, portanto, o reconhecimento deste Poder aos méritos do novo Secretário, augurando-lhe uma gestão profícua e empreendedora.

**REQUERIMENTO N° 870**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a

inserção nos Anais desta Casa, de votos de congratulações à nova Diretoria da APRE-CAMPO - Associação dos Pecuaristas da Região de Campo Mourão, eleita no mês de março próximo passado.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, seja cientificada a nova diretoria, na pessoa do seu presidente, Senhor Getúlio Ferrari, à Rodovia BR-158, km 003, s/nº, Município de Campo Mourão, Paraná, CEP 87301-140.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração em Ata de voto de congratulações ao professor José Molina Neto, pela sua eleição para Diretor do Colégio João Maffei Rosa - Ensino de 1º e 2º Graus, Município de Juranda, Paraná.

Outrossim, requer que, da decisão da Mesa, seja cientificado o novo Diretor, à Rua Zenóvio Zereneta, s/nº, Município de Juranda - Paraná, CEP 87355-000.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A vitória do Professor José Molina Netto, eleito pelo voto direto para conduzir os destinos do Colégio Estadual João Rosa Maffei - Ensino de 1º e 2º Graus, configurou-se como a mais polêmica das eleições da história educacional de Juranda. Em tempo algum a participação dos alunos no processo sucessório foi tão maciça, o que assegurou também, mais uma vitória da democracia, que saiu fortalecida.

No programa de ação do novo diretor eleito, consta como prioridade o desenvolvimento e engrandecimento da instituição que passa a dirigir, através de ações administrativas em benefício de todos, para que prevaleça o espírito democrático da escolha do seu nome.

REQUERIMENTO N° 826

Senhor Presidente.

O Deputado Domingos Faustino de Carvalho, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos parabenizando a Diretoria do Supermercado Mercadorama, em razão daquela conceituada casa comercial estar veiculando em suas embalagens fotos das crianças desaparecidas e com informações que facilitam a respectiva identificação e busca.

Tal iniciativa, diga-se do setor privado, só engrandece a família paranaense e deve ser lembrada por esta Casa Legislativa.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à Diretoria do Supermercado Mercadorama, com endereço nesta cidade, à Praça Tiradentes, nº 321 - Centro.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 862

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa, via fax, ao Governador do Estado, Senhor Mário Pereira e à Secretária de Estado da Cultura, Senhora Gilda Poli, solicitando que não haja punição dos servidores da Orquestra Sinfônica do Paraná pela paralisação ocorrida entre os dias 1º a 12 do presente, já que cumpriram suas funções, levando a música à população através das apresentações diárias pela Cidade de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Cezar Silvestri, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Lourenço Fregonese, Paulo Maia, Algaci Túlio, João Iensen, Ovídio Constantino, Luiz Carlos Martins, Ernani Pudell, Domingos Carvalho, Dalton Machuca, Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Rossoni e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

Os músicos integrantes da Orquestra Sinfônica do Paraná paralisaram suas atividades ligadas ao Teatro Guaíra entre os dias 1º e 12 de abril, protestando contra as condições de trabalho impostas pelo então diretor Oswaldo Loureiro. Os músicos usaram aquele recurso diante da impossibilidade do diálogo e de atitudes arbitrárias e ilegais que prejudicavam seu trabalho.

Mas não se pode desconsiderar que naquele período de 12 dias a OSINPA, acabou por cumprir com suas funções ao apresentar-se à população curitibana em diversos lugares, como a própria Assembleia Legislativa.

Entendemos que o desconto no salário dos integrantes da Orquestra, pelos dias parados, como pretende o Governo, ocasionará perdas irreparáveis àqueles servidores, que têm na melhoria salarial uma das suas principais reivindicações.

Considerando que já houve a troca da direção do Teatro Guaíra, fato que permitiu a normalização das atividades da OSINPA, espera-se que o pagamento integral dos salários dos músicos, que não podem ser responsabilizados ou punidos pela crise. Acreditamos que tal medida contribuirá decisivamente para o clima de entendimento no Teatro Guaíra, contando com a sensibilidade do Senhor Governador, já de-

monstrada em idêntica situação, quando Secretário de Estado da Administração.

## REQUERIMENTO N° 830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a Vossa Excelência, seja encaminhado a Presidente do PROVOPAR, Senhora Marlene Pereira, a aquisição com urgência de 01 veículo Kombi para a APAE de São João do Caiuá.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) PAULO MAIA

## JUSTIFICATIVA:

O veículo se faz necessário para atender os serviços pela APAE junto à população carente de toda região.

## REQUERIMENTO N° 831

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sec. de Estado do Esporte e do Turismo, Sr. Luiz Ernesto M. Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se pos-

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema que está ocorrendo na residência da Senhora Aparecida Ulchka, localizada à Rua Epaminondas Santos n° 2573 - Bairro Alto. Ocorre que no dia 02/04 do corrente estourou o cano da sua casa, inundando tudo, a SANEPAR foi até o local, abriu um buraco no chão, quebrou a calçada, deixando um monte de terra por todos os lados. Após vários pedidos, retornou alguns dias após e tirou a terra da frente da sua casa, porém abriu um outro buraco para a mangueira que vai para o relógio marcador de consumo e não o fechou, deixando o serviço incompleto. Os funcionários alegaram à Senhora Aparecida que uma empresa voltaria para tapar esse outro buraco e arrumar a calçada que está toda quebrada, mas até a presente data a SANEPAR nada providenciou.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Núcleo Habitacional Santa Ma-

ria.

O Núcleo acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia, sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Núcleo Habitacional Santa Terezinha.

O Núcleo acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia, sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO N° 834

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do

Estado, no Núcleo Habitacional Santa Paula.

O Núcleo acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 835

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Núcleo Habitacional Luiz Gonzaga Pereira da Cunha.

O Núcleo acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 836

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através

do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Núcleo Habitacional Rio Verde.

O Núcleo acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 837

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Núcleo Habitacional 31 de Março.

O Núcleo acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 838

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através



do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Núcleo Habitacional David Federmann.

O Núcleo acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 839

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Núcleo Habitacional Monteiro Lobato.

O Núcleo acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 840

Senhor Presidente. O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo, Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se pos-

sível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no Núcleo Habitacional Santa Luzia.

O Núcleo acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas, entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 843

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial ao Tribunal de Contas do Paraná sobre o andamento da denúncia formulada pelos Vereadores Eric Antonio Rezende Cordeiro e Alexandre Balera Baena, do Município de Jataizinho, através do processo protocolado sob o n° 035415, de 07/10/93.

Que do teor do presente dê-se ciência aos vereadores supramencionados.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) ALGACI TÓLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Em 07 de outubro do ano passado, os Vereadores Eric Antonio Rezende Cordeiro e Alexandre Balera Baena, do PDT de Jataizinho, formularam sérias denúncias ao Tribunal de Contas do Paraná sobre irregularidades na administração daquele município nos exercícios de 1991 e 1992.

Incumbidos da atividade fiscalizadora, afeta ao Legislativo Municipal, os vereadores recorreram ao TC para pedir providências diante de tais fatos.

Ocorre que, até a presente data, os signatários da denúncia não conseguiram obter qualquer informação oficial sobre o trâmite do processo, bem como das diligências do TC no caso, razão por que - atendendo à solicitação do ex-Deputado Valderi Vilela - recorremos ao presente expediente.

#### REQUERIMENTO N° 846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a criação e instalação de um Centro de Produção Agropecuário no Município de Prudentópolis.

A presente solicitação justifica-se pelo fato de a região de Prudentópolis, destacar-se pela sua produção agropecuária.

Este Centro de Produção beneficiará todos os produtores da região.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de sementes e mudas para os agricultores do Assentamento José Dias - Papagaios, no Município de Inácio Martins.

Os agricultores do assentamento em questão, encontram sérias dificuldades no plantio de suas roças, devido ao uso de sementes de má qualidade, o que causa a quebra e baixa produtividade de suas lavouras, mal conseguindo assim, obter alimentos para o consumo familiar.

O nosso objetivo é aumentar a produtividade agrícola, visando uma melhoria no padrão de vida das famílias a serem beneficiadas.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 848

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado para que instrua aos órgãos competentes no sentido de atender o pedido feito pelos pais de alunos quanto a uma fiscalização na Escola Estadual João Ribeiro Cordeiro, no Xaxim, devido a direção do estabelecimento de ensino não estar entregando o material escolar para as crianças e dizer aos pais que não têm condições de comprar os livros para tirar os filhos da escola. A propaganda nos meios de comunicação afirma que o governo já entregou os livros nas escolas, porém a informação da escola é totalmente contrária. Pedem também os pais dos alunos a determinação de policiamento na escola com urgência devido ao grande número de marginais que existem no local e que estão até en-

trando dentro da mesma para atacar as crianças. A situação é crítica e necessita de providências urgentes antes que aconteça algo mais grave.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 849

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema que está ocorrendo na residência da Senhora Aparecida Ultchka, localizada à Rua Epaminondas Santos n° 2573 - Bairro Alto. Ocorre que no dia 02/04 do corrente estourou o cano da sua casa, inundando tudo, a SANEPAR foi até o local, abriu um buraco no chão, quebrou a calçada, deixando um monte de terra por todos os lados. Após vários pedidos, retornou alguns dias após e tirou a terra da frente da sua casa, porém abriu um outro buraco para a mangueira que vai para o relógio marcador de consumo e não o fechou, deixando o serviço incompleto. Os funcionários alegaram à Senhora Aparecida que uma empresa voltaria para tapar esse outro buraco e arrumar a calçada que está toda quebrada, mas até a presente data a SANEPAR nada providenciou.

Ao lado de sua casa, n° 2583, ocorreu o mesmo problema de cano estourado, os proprietários perderam todos os móveis e a SANEPAR afirmou que pagaria os estragos mas nada disso ocorreu. Pedimos providências urgentes neste caso, uma vez que a Senhora Aparecida não sabe mais o que fazer e está muito apreensiva no sentido de que venha a ocorrer o mesmo que aconteceu com a residência de sua vizinha.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 850

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, no sentido de que sejam executados reparos na Rodovia Cuiabá - Mutum - Mato Grosso do Norte. O pedido está sendo feito pelos proprietários de veículos que trafegam constantemente por essa rodovia, afirmando que a mesma encontra-se em péssimas condições de tráfego ao longo de 90 km, prejudicando sensivelmente a todos, principalmente aqueles que a utilizam por motivos de serviços. Pedem que o pedido seja aten-

dido o mais breve possível, sendo que além de estar causando muitos estragos nos veículos, há o perigo de ocorrência de acidentes.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 851

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DNER, no sentido proceder uma melhor sinalização na BR 277, mais especificamente no trecho da Serra do Mar. Ocorre que o trecho encontra-se repleto de mato e sem sinalização, tornando o local muito perigoso, principalmente quando chove, havendo o perigo de ocorrência de acidentes. O pedido está sendo feito pelas pessoas que trafegam por essa BR 277 e estão prevendo que algum acontecimento mais grave possa ocorrer devido a falta de sinalização.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 852

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que ocorre todos os dias na Rua Deputado Edgard Távora, proximidades do n° 276 - Barreirinha. O pedido está sendo feito pelos moradores daquela rua, os quais afirmam que a água só vem durante à noite e por volta das 8 horas da manhã acaba, dificultando os afazeres das donas de casa. Há dois meses que ocorre falta de água, porém o valor da conta aumenta todos os meses, apesar do consumo ter diminuído consideravelmente. Os moradores pedem urgência no atendimento do presente pedido e também que seja analisado o aumento dos valores que ocorrem todos os meses em suas contas.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 853

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de providenciar policiamento em frente à Escola Estadual Presidente Pedro-

sa, sita à Av. República Argentina n° 2376 - Portão, para cuidar da travessia das crianças na entrada e saída dessa escola.

O pedido está sendo feito pelos pais de alunos da escola tendo em vista que a avenida é muito movimentada e eles temem que acidentes possam vir a ocorrer com seus filhos. Pedem urgência no atendimento antes que aconteça algo mais grave.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 854

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de executar reparos no anti-pó da Rua João Bonk, proximidades do n° 4, bem como colocar uma proteção nas tampas dos bueiros em todo o bairro Cidade Jardim. O pedido está sendo feito pelos moradores do bairro, tendo em vista que o anti-pó está em péssimas condições e necessita urgentemente de reparos.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 855

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, quanto a execução de melhorias no terminal Autódromo - Pinhais, sendo que o mesmo está sem cobertura e os usuários sofrem com a ação de chuvas e sol.

O pedido está sendo feito pelos usuários daquele terminal, os quais também solicitam a implantação de iluminação pública no local, devido ao sério risco de assaltos que eles estão propensos tendo em vista que à noite tudo fica às escuras. Pedem que o presente pedido seja atendido o mais breve possível pois os usuários estão sendo prejudicados pela falta desses dois benefícios.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 856

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento na Escola Municipal Foz do Iguaçu, localizada à Rua João Reffo n° 1080 - Jardim Pinheiros,

bairro Santa Felicidade.

O pedido está sendo feito pelos pais de alunos da escola, tendo em vista que o local é muito movimentado e as crianças correm o perigo de serem atropeladas pelos veículos, e como nas imediações há marginais, a presença de um policial proporcionará segurança a todos. Pedem os pais dos alunos que seu pedido seja atendido o mais breve possível procurando-se evitar algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Esporte e Turismo, solicitando: recursos para a construção de um ginásio de esportes, remessa de material esportivo, pintura da quadra e construção de cerca e arquibancada na quadra esportiva do Colégio Estadual Vinícius de Moraes, localizado no Conjunto Habitacional Doutor Milton Luiz Pereira, Município de Campo Mourão.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam cientificados o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereador Luiz Carlos Kehl e a Vereadora Bárbara Raimundo Couto Piacentini, através da Câmara Municipal, à Rua Brasil, 835, Caixa Postal 450, Município de Campo Mourão, CEP 87301-140.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando a construção de cobertura da cancha poli-esportiva do Colégio Estadual Vinícius de Moraes, Município de Campo Mourão, visando proporcionar condições para a prática de esportes pelos alunos do referido estabelecimento de ensino; requer ainda que, da decisão, seja cientificado o Presidente da Câmara Municipal Vereador Luiz Carlos Kehl e Vereadora Bárbara Raimundo Couto Piacentini.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor

Presidente da FAMEPAR, solicitando o asfaltamento, com recursos do PEDU, do trecho compreendido entre o prolongamento da Rua 27 de Dezembro, que liga o Posto Presidente no Jardim Paulino ao Seminário São José, localizado na BR-369, Município de Campo Mourão, de acordo com instruções da Secretaria de Estado dos Transportes.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Pedido anterior foi apresentado por este Deputado no exercício legislativo de 1993. Em resposta, a Secretaria de Estado dos Transportes informou que, em se tratando de via urbana, a competência para a execução dos trabalhos passa a ser da FAMEPAR, com recursos do PEDU.

O referido trecho para o qual é solicitado o benefício é de vital importância para o tráfego de automóveis e caminhões que seguem rumo aos Municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu, motivo pelo qual, encarecemos a aprovação dos nobres Pares, bem como sejam cientificados o Sr. Ver. Luiz Carlos Kehl, Presidente da Câmara de Campo Mourão, e Ver. Bárbara Piacentini.

REQUERIMENTO N° 874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências quanto à destinação de pneus para a viatura de polícia do Município de Luiziana.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam cientificados os Exmos. Srs. Vereador José Alberto Salvadori, Presidente da Câmara Municipal e Vereador Olívio Gobbi, através da Câmara Municipal de Luiziana, à Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, 22, Município de Luiziana, CEP 87.290-000.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Os tempos de violência que vive não só o País, mas o Estado do Paraná, requerem permanente assistência às delegacias de polícia da Capital e Interior; em Luiziana, considerando-se que os marginais e demais elementos nocivos à sociedade estão cada vez melhor municiados de sofisticados armamentos importados, é muito difícil exigir que os milicianos civis levem a bom termo as tarefas inerentes ao setor de segurança pública, haja vista que concorrem em regime de total desvantagem com a marginalidade, que recrudesce, dia-a-dia.

Nesse sentido, rogamos dos nobres Pares a aprovação e posterior atendimento ao nosso pleito.

## REQUERIMENTO N° 876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando a inclusão do Município de Campo Mourão no programa recentemente lançado pelo Governo do Estado, com vistas à construção de Barracões Industriais, destinado a incentivar a produção e gerar mais empregos.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam cientificados os Exmos. Srs. Vereador Luiz Carlos Kehl, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e Vereador Itamar Agustino Tagliari, através da Câmara Municipal, à Rua Brasil, 835, Caixa Postal 450, Campo Mourão, CEP 87.301-140.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

A grave crise social e econômica que assola o País em todo o seu território, a qual gera e alimenta o crescimento do desemprego, por si só justifica o presente pleito.

O Município de Campo Mourão não difere dos demais, embora seja um dos mais prósperos de todo o Estado do Paraná.

Imbuídos da certeza de que o Governo do Estado não permanecerá indiferente aos apelos das comunidades que aguardam uma oportunidade de resgatar o privilégio de poder atender às necessidades de suas famílias, solicitamos o aval dos nobres Países.

## REQUERIMENTO N° 877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor Presidente da FUNDEPAR, solicitando a doação de um retro-projetor, um projetor de slides e um telescópio para o Colégio Estadual Carlos Drumond de Andrade, Município de Nova Tebas, Paraná.

Outrossim, requer que, da decisão da Mesa, seja cientificada a Professora Sirlei dos Santos S. Luciano, através do Colégio Estadual Carlos Drumond de Andrade - Ensino de 1° e 2° Graus, à Rua Constantina, s/n°, Município de Nova Tebas, Paraná, CEP 85.250-000.

Sala das Sessões, 19.04.94

(a) NAMIR PIACENTINI

## REQUERIMENTO N° 841

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado pedido de informações à Secretaria

de Estado do Trabalho e da Ação Social, sobre o andamento da denúncia formulada pelos Srs. Vereadores Eric Antonio Rezende Cordeiro e Alexandre Balera Baena, do Município de Jataizinho, através do processo protocolado sob o n° 1.654.126-5, de 08.10.1993.

Que do teor do presente dê-se ciência aos Vereadores supramencionados.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Em 08 de outubro do ano passado, os Vereadores Eric Antonio Rezende Cordeiro e Alexandre Balera Baena, do PDT de Jataizinho, formularam sérias denúncias à Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, sobre irregularidades na construção de um Galpão Comunitário e de uma Escola Profissionalizante - Projeto Galha Azul, - naquela localidade, com recursos do SERLOPAR.

Incumbidos da atividade fiscalizadora, afeta ao Legislativo Municipal, os Vereadores recorreram à SETA para pedir providências diante de tais fatos.

Ocorre que, até a presente data, os signatários da denúncia não conseguiram obter qualquer informação oficial sobre o trâmite do processo, bem como das diligências da SETA no caso, razão por que - atendendo à solicitação do ex-Deputado Valderi Vilela - recorremos ao presente expediente.

## REQUERIMENTO N° 842

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado pedido de informações à Secretaria Especial de Esporte e Turismo, sobre o andamento da denúncia formulada pelos Vereadores Eric Antonio Rezende Cordeiro e Alexandre Balera Baena, do Município de Jataizinho, através do processo protocolado na FESTUR sob o n° 1.275.332-2, de 08.10.1993.

Que do teor do presente dê-se ciência aos Vereadores supramencionados.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Em 08 de outubro do ano passado, os Vereadores Eric Antonio Rezende Cordeiro e Alexandre Balera Baena, do PDT de Jataizinho, formularam sérias denúncias à Secretaria Especial de Esporte e Turismo, sobre irregularidades nas obras de conclusão do ginásio de esportes local, através de convênio com a FESTUR.

Incumbidos da atividade fiscalizadora, afeta ao Legislativo Municipal, os Vereadores recorreram à FESTUR para pedir providências diante de tais fatos.

Ocorre que, até a presente data, os signatários da denúncia não conseguiram obter qualquer informação oficial sobre o trâmite do processo, bem como das diligências da FESTUR no caso, razão por que - atendendo à solicitação do ex-Deputado Valderi Vilela - recorremos ao presente expediente.

REQUERIMENTO N° 878

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais e conseqüentemente, no Diário da Assembléia, das matérias publicadas nos Jornais "O Estado do Paraná" caderno Geral, pág. 08, com o título "Índios dos anos 90 já morrem até de AIDS", e na "Folha de Londrina", caderno Paraná pág. 07, com o título "Dia do Índio? Não há o que comemorar", desta data (em anexo).

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) EMILIA BELINATI

Apoíamento: Paulo Maia

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 133/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 1° da Lei n° 10.736 de 14 de abril de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Itaperuçu com sede em Itaperuçu e foro em Rio Branco do Sul".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Fez-se necessária a alteração da redação, tendo em vista a mudança do nome da referida entidade assistencial, conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária.

PROJETO DE LEI N° 134/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola de Educação Especial "Jorge Rudney Atalla Junior", com sede e foro na Cidade de Porecatu - Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Porecatu, sita à Rua Prefeito Aniz Zaquir, n° 276, com sede e foro naquela cidade, já é reconhecida como de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 410 de 14.08.75. A mesma entidade possui registro no Conselho Nacional de Serviço Social sob n° 2302001357/89-22 e filiada à Federação Nacional das APAES sob n° 294.

É uma entidade filantrópica sem fins lucrativos e que possui em seus estatutos, entre outras finalidades, as de cooperar com as instituições públicas e particulares, empenhadas na educação dos excepcionais e incentivar a criação e disseminação delas ou criá-las.

Conforme o disposto no Art. 30 do estatuto da presente entidade, a mesma não remunera, sob qualquer forma os membros da diretoria e do conselho fiscal, não distribui lucros, bonificações ou vantagens aos dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhum pretexto.

Todos conhecemos as dificuldades que as entidades de cunho social enfrentam para se manterem, tendo em vista que as mesmas somente podem receber subsídios de órgãos governamentais desde que sejam devidamente registradas junto a Secretaria do Trabalho e Ação Social, desde que tenham sido declaradas de Utilidade Pública.

Portanto, diante das finalidades da entidade em questão, solicito aos nobres Pares com assento neste Poder Legislativo o necessário apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N° 135/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Apoio ao Desenvolvimento Integral da Pessoa - ADIPE, mantenedora do Centro de Atendimento Especializado - ENFANCE.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Apoio ao Desenvolvimento Integral da Pessoa - ADIPE, mantenedora do Centro de Atendimento Especializado - ENFANCE, entidade filantrópica sem finalidade lucrativa, já declarada de Utilidade Pública Municipal através da Lei n° 6251, tem como principal finalidade manter estabelecimento especializado, destinado

ao tratamento, reeducação e habilitação da criança e do adolescente, com necessidades especiais.

A ADIPE determina em seu art. 15 que os membros da diretoria e do conselho fiscal não serão remunerados e a entidade não distribuirá lucros, dividendos, bonificações ou outras vantagens financeiras a seus membros e mantenedores, sob nenhuma forma e pretexto.

Todas as entidades de cunho filantrópico, para se manterem, dependem dos subsídios de órgãos governamentais e, para tanto, deve, estar registradas junto à Secretaria do Trabalho e da Ação Social, porém tal escopo somente é atingido após a declaração de Utilidade Pública.

Diante das nobres finalidades a que se propõe a presente entidade, solicito aos nobres pares deste Poder Legislativo o necessário apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N° 136/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Planalto, mantenedora da Escola Especializada Joaquina de Vedruna.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Planalto, entidade mantenedora da Escola Especializada "Joaquina de Vedruna" foi fundada em 16 de outubro de 1991. É filiada à Federação Nacional das APAES sob n° 908 e reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 703 de 06 de julho de 1992. É uma entidade filantrópica sem finalidade lucrativa que possui em seus estatutos, dentre outras finalidades precípuas a de manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social ao excepcional e promover meios para o desenvolvimento de atividades extra curriculares como colônia de férias, clubes, jardinagem e outros.

Visto que hoje as entidades de cunho social recebem somente subsídios de órgãos governamentais, desde que estejam devidamente registrados junto à Secretaria do Trabalho e da Ação Social, porém, para tanto, exige-se que seja declarada de Utilidade Pública.

De acordo com o Art. 12, Capítulo III dos estatutos, os cargos resultantes da

eleição, bem como, os executivos da instituição, não serão remunerados.

Portanto, diante das finalidades da presente instituição, solicito aos nobres pares com assento neste Poder Legislativo, o apoio para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 137/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho, mantenedora da Escola Especializada "Passo a Passo".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho foi fundada em 29 de junho de 1989, por um grupo de pessoas que se sensibilizaram com o problema da excepcionalidade sem assistência, existente em Chopinzinho. No dia 18 de março de 1991, iniciaram-se as atividades da Escola Especializada "Passo a Passo" em prédio cedido pela Associação de Senhoras de Rotarianos - Casa da Amizade.

Entre os principais objetivos da APAE de Chopinzinho, podemos destacar as seguintes: habilitar, reabilitar, educar e reeducar os portadores de deficiências, visando a integração e a normalização na família e na sociedade como pessoas auto-suficientes, produtivas e afetivas.

É uma entidade que já está filiada à Federação Nacional das APAES sob n° 765, possui declaração de Utilidade Pública Municipal através da Lei 10.050/90, registro no Conselho Nacional de Serviço Social n° 28010.001931/91-18 e registro na Secretaria do Trabalho e Ação Social sob n° 2153.

O relatório anexo ao presente projeto de lei dá uma dimensão maior do atendimento que a APAE de Chopinzinho presta e mostra o merecimento que a mesma tem para obter a Declaração de Utilidade Pública, a fim de que ela tenha condições de receber auxílio financeiro dos órgãos públicos.

PROJETO DE LEI N° 138/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica assegurado aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino de primeiro, segundo e terceiro graus, existentes no Estado do Paraná, o pagamento de meia-entrada do valor efetivamente cobrado para o ingresso em casas de diversão, de espetáculos tea-



trais, musicais e circenses, em casas de exibição cinematográficas, praças esportivas e similares das áreas de esporte, cultura e lazer do Estado do Paraná, na conformidade da presente lei.

§ 1º - Para efeito do cumprimento desta lei, consideram-se casas de diversão de qualquer natureza, como previsto no "caput" deste artigo, os locais que, por suas atividades, propiciem lazer e entretenimento.

§ 2º - Serão beneficiados por esta lei os estudantes devidamente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou particular, do primeiro, segundo e terceiro graus, no Estado do Paraná, devidamente autorizados a funcionar pelos órgãos competentes.

Art. 2º - A Carteira de Identificação Estudantil - CIE, será emitida pela União Nacional dos Estudantes - UNE ou pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - UBES - e distribuída pelas respectivas entidades filiadas, tais como União Paranaense dos Estudantes de 1º e 2º graus, União Paranaense de Estudantes, Diretórios Acadêmicos e Grêmios Estudantis.

§ 1º - Ficam as direções das escolas de primeiro, segundo e terceiro graus obrigadas a fornecer às respectivas entidades representativas da sua área de jurisdição, no início do semestre letivo, as listagens dos estudantes devidamente matriculados em suas unidades de ensino.

§ 2º - A Carteira de Identificação Estudantil será válida em todo o Estado do Paraná, perdendo a sua validade apenas quando da expedição de nova carteira no ano letivo seguinte.

Art. 3º - Caberá ao Governo do Estado do Paraná, através dos seus respectivos órgãos de cultura, esporte, turismo e defesa do consumidor, e, nos municípios, aos mesmos órgãos das referidas áreas, bem como ao Ministério Público do Estado do Paraná, a fiscalização e o cumprimento desta lei.

Art. 4º - O Governo do Estado do Paraná, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei, procederá à sua regulamentação, prevendo, inclusive, sanções aos estabelecimentos infratores, que poderão chegar até a suspensão do seu alvará de funcionamento.

Art. 5º - Esta lei, entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O estudante brasileiro passa por sérias dificuldades, especialmente aquele que estuda em estabelecimentos de ensino particular. Essas dificuldades se estendem

aos pais, que, onerados pelas mensalidades ou pela aquisição de materiais escolares, se vêem em graves problemas financeiros, impossibilitando-os de proporcionar lazer ao filho estudante.

Assim, ao Poder Público cabe proporcionar lazer em seus vários aspectos, ao estudante, para o seu enriquecimento intelectual.

Esta é a razão básica deste projeto.

Vale salientar que este projeto engloba espetáculos esportivos, culturais e de lazer, mas na realidade é a restituição ao estudante de um direito que já existia até 1983, quando o estudante pagava meia entrada nas salas de cinema. Nada mais justo que se devolva este direito ao estudante.

Saliento que o Estado de São Paulo já concedeu esse benefício a seus estudantes, desde maio de 1992, através da Lei nº 7844, de autoria do Deputado Jamil Murad (Lei Jamil Murad).

Reconheço, pois, a importância do pagamento da meia entrada em espetáculos esportivos, culturais e de lazer, principalmente para poder aumentar o acesso à cultura para a juventude e aos estudantes em geral, servindo como complemento à educação dos estudantes do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes de passarmos ao Pequeno Expediente a Mesa registra com satisfação a presença neste Plenário do Prefeito de Colorado, Cláudio Ático e do Assessor João Naime Neto, a pedido do Ilustre Deputado José Tavares, ao qual nós nos somamos.

Antes ainda de passarmos ao Pequeno Expediente nós concedemos a palavra por cinco minutos à Senhora Marina Andrade de Souza, coordenadora do grupo de mulheres indígenas, tendo em vista que hoje se comemora o dia do Índio. Cinco minutos para que ela possa se manifestar.

A SRA. MARINA ANDRADE DE SOUZA - Meu boa tarde a todos os parlamentares e agradeço a Senhora Emilia Belinati que me trouxe até aqui para falar hoje um pouco do Índio.

Há quinhentos anos que o Índio vem sofrendo massacre neste País, que era a terra deles e que hoje os Índios do Paraná estão sofrendo bastante, que são 18 aldeias, puseram 17 no jornal, mas são 18 e que o Índio Guarani é o menos favorecido neste Estado. Os Índios estão sofrendo toda sorte de doença e a doença maior do Índio é a discriminação racial que nós temos neste País. A mulher indígena é mais discriminada ainda, porque ela é a mais submissa dentro da aldeia e nós estamos lutando para que a mulher também saia da sua aldeia para trabalhar e conseguir o sustento, porque hoje nós estamos abandonados



nas nossas aldeias.

Espero que os parlamentares desta Casa, façam um projeto de lei em que os índios tenham a saúde garantida, o remédio, o médico que os índios não têm. As índias chegam nos hospitais e não podem entrar para dar à luz ao seu filho, dão a luz no chão e morrem seus filhos e voltam com os braços vazios às suas aldeias.

Espero que os parlamentares façam juz a esse dia do índio e que o índio não desapareça da face da terra.

É só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encontra-se neste plenário o Senhor Nilton César Servo, que deverá assumir o cargo de Deputado Estadual, na vaga deixada pelo falecimento do Senhor Deputado José Alves dos Santos.

O Senhor Nilton César Servo deixa de prestar o compromisso regimental por tê-lo feito, quando assumiu a cadeira de Deputado na qualidade de suplente, conforme determina o parágrafo 7º, Art. 4º do Regimento Interno.

Nestas condições esta Presidência declara empossado e efetivado no cargo de Deputado Estadual o Senhor Nilton César Servo e convido a tomar assento na sua bancada nesta Casa de Leis.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, Servidores desta Casa, Senhoras e Senhores presentes.

Na data de comemoração ao Índio brasileiro nós queremos prestar a nossa homenagem de cidadão rio-negrense em nome da nossa região Sudeste do Paraná ao nosso Botocudo, aos xoclangs que nos idos de 1826 se aculturou com o tropeiro vindo do viamão do Rio Grande do Sul e, posteriormente, em 1829, com a chegada da primeira colonização alemã, se aculturando e transformando aquela região numa verdadeira síntese da civilização paranaense.

De lá para cá, Senhor Presidente, a comunidade rio-negrense é uma imensa família, acolhendo pessoas de todas as latitudes do País dentro de sua proverbial hospitalidade. É uma verdadeira mesa da comunhão pascal, onde todos comem do mesmo pão do sacrifício comum e todos bebem do mesmo vinho no enfrentarem em conjunto, em parceria, em solidariedade e em fraternidade as vicissitudes de todos. Daí a nossa surpresa, Deputado Ovídio, de observarmos pelas notas taquigráficas desta Assembléia de que V.Exa. teria lamentado ter sido recepcionado por dois de seus companheiros de partido quando foi lá em Rio Negro ten-

tar instalar o seu glorioso PT. Talvez V.Exa. quisesse ter sido recebido festivamente com uma banda marcial, numa recepção digna de governadores e Presidente da República e não por apenas dois companheiros seus.

Nós não temos culpa, Deputado Ovídio Constantino, a quem muito admiramos e acompanhamos sempre atentamente os seus pronunciamentos de equilíbrio, de competência, de inteligência, de reconhecimento ao verdadeiro espírito de justiça. E agora vemos que V.Exa., naquele pronunciamento de quinta-feira passada, do dia 11, foi pouco ortodoxo, até diria heterodoxo.

Dia 28 a Câmara Municipal de Rio Negro recebeu um ofício do Secretário provisório Hêlio Schmiegel solicitando as dependências da Câmara Municipal - vejam, Senhores Deputados, onde funciona a Câmara Municipal: num prédio antigo, com a capacidade máxima de vinte e cinco a trinta pessoas para assistirem às sessões da Câmara Municipal - no horário das 19 às 23 horas num dia comum de semana quando aquela casa não estaria funcionando, portanto, sobrecarregando aquela Casa com despesas de luz, com limpeza e horas extras dos seus funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que V.Exa. passa a falar no Horário da Liderança do PSDB.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Muito obrigado!

E foi comunicado já no dia 30 àquele Senhor Hêlio de que as dependências da Câmara Municipal como era e é regra para todas as agremiações partidárias, não podem lá realizar as suas reuniões normais político partidárias, apenas as suas respectivas convenções. Já imaginaram os Senhores Deputados se esta Mesa cedesse as dependências da Assembléia Legislativa diariamente para reuniões de todos os partidos políticos, fora do horário normal, das 19:00 horas até às 23:00 horas da noite, quando essa Casa fecha os seus portões às 20:00 horas. Mas cede, sim, as suas dependências para as convenções partidárias, democraticamente. Mas esqueceu V.Exa., Deputado Ovídio Constantino, de reportar, de divulgar aos eminentes pares desta Casa o teor da resposta da Câmara que por unanimidade não aprovou aquele requerimento, mas após a ressalva necessária a isso, dizendo: "Estamos comunicando V.Exa. que por deliberação unânime do Plenário desta Casa não foi possível atender a sua solicitação contida no Ofício 003/94 de 28.03.94." Observem bem, agora, Senhores Deputados: "Outrossim queremos informá-lo que quando se trata de uma reunião para realização da convenção do partido de V.Exa. certamente o Plenário deliberará

favoravelmente nesse sentido. No ensejo, aproveitamos a oportunidade para externar a V.Exa. os nossos protestos de consideração e apreço." É uma questão tão pequena que não mereceria um pronunciamento desta Tribuna, não fosse a citação do Prefeito da minha cidade que acidentalmente é meu filho, e de Deputados que por lá peregrinam nas campanhas eleitorais e que sempre foram acolhidos de braços abertos. Invoco o testemunho do Renato Adur, o segundo mais votado na minha região, o Alborghetti, o terceiro mais votado na minha região, Antônio Annibelli, Deputado por várias legislaturas, também representando aquela região, Erondy Silvério, Luiz Carlos Martins, Algaci Túlio, que sempre receberam muitos sufrágios naquela região, e que são testemunhas oculares da hospitalidade daquela terra generosa. Daí a razão em não concordarmos, com o devido respeito.

Quando V.Exa. depois de relatar que foi recepcionado por apenas dois companheiros; lamentasse aquele episódio, dizendo que gostaria de contar com a presença deste Deputado naquela quinta-feira, que é Deputado daquela cidade, que é pai do prefeito daquela cidade, que a informação que temos é de que a Presidência da Câmara Municipal é do grupo que mantém sustentação ao prefeito daquela cidade, que é filho do nosso Deputado Alceu Swarowski". "Eu quero lamentar de público - disse V.Exa. - e estou encaminhando à Câmara ofício do meu gabinete, como Deputado. E, mais adiante: "Do Plenário de uma Câmara de Vereadores, negando as dependências para que um Deputado chegue na cidade e realize uma reunião política naquelas dependências, é uma vergonha, é um atentado à democracia. Nós queremos denunciar de público, isto é, - dizer ainda que a informação dada aos nossos companheiros daquela cidade, é de que os outros partidos sempre fazem reuniões políticas em lanchonetes e que o PT deveria também fazer em outro local, numa lanchonete ou churrascaria". Há o testemunho de todos esses Deputados e não há necessidade de se fazer uma reunião numa Câmara Municipal. Diz o ilustre Deputado Ovídio Constantino: "todos os Deputados que por lá peregrinam, inclusive nós que somos daquela região, nós fazemos em fundo de quintal, nós fazemos numa garagem, no pátio, em qualquer sala de residência de companheiros ou de amigos nossos, porque o mais importante para nós é o quadro, é o calor humano, é o cheiro de povo. Nos encontramos até no fundo de quintal e não precisamos de uma moldura ornamental para um quadro político partidário. Esqueçamos a moldura e vamos à carne, ao osso, ao cérebro, aos nervos, ao coração da nossa gente!"

Mais adiante, pasmem Senhores Deputa-

dos. Observem a desinformação e até a maldade. "Houve ainda informações "in off", extra oficial para nós, daqueles dois companheiros daquela cidade, de que há um candidato a Deputado estadual, apoiado pelos vereadores, pelo prefeito e não sei mais por quem..." - feliz de mim se for esse Deputado, mas eu não visto a carapuça como não vestem os outros Deputados aqui citados, o ilustre Anibal Khury que recebeu expressiva votação em várias campanhas eleitorais, "...e que se supõe..." suposições, Senhores Deputados, "...impediram, porque um Deputado ia lá e que provavelmente ele seria candidato a Deputado e estaria lá tomando voto, direito que assiste a ele. Isso foram boatos que nos foram ditos ao pé do ouvido, por cochicho por mexerico, por fofoca, por companheiros da cidade".

Ora Senhores Deputados, lamentamos, além de respeitar a liberdade de opinião do ilustre colega, a quem respeitamos muito por seu equilíbrio emocional, ilustre Deputado Ovídio Constantino, assumir a uma tribuna e divulgar mexericos a V.Exas. numa sessão de trabalho, mexericando junto com os seus companheiros, narrando em segredo e astuciosamente, com o fim de intrigar ou enredar, como diria o nosso Aurélio. Andar com mexericos, fazendo intrigas. De um mexerico, fazendo um escândalo e ofendendo a hospitalidade e o espírito de democracia da generosa gente de Rio Negro de minha região, com o que não podemos concordar. Daí a nossa discordância, ilustre Deputado Ovídio Constantino sobre os termos injuriosos e injustos, porque se a Câmara Municipal agiu assim, agiu em igualdade de condições, em igualdade de tratamento a, todas as agremiações políticas, sem quaisquer espíritos de indecisões ou qualquer espírito de discriminação partidária. E se eu estivesse lá, eu iria recepcionar também, V.Exa. ilustre Deputado Ovídio Constantino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Senador banqueiro do Paraná José Eduardo Vieira, acerca de dez dias faz suspense e tem marcado reiteradamente datas para o anúncio pomposo da sua candidatura a Governador do Estado. Porém, observando-se o quadro político paranaense, somos forçados a perceber que a montanha pariu apenas uma pequena raposa.

É lamentável que um homem público eleito pelo Estado do Paraná que fazia-se passar por um homem de origem humilde, que subiu na vida, que usava um chapéu de pa-

lha como símbolo da sua campanha, agora esteja envolvido em negociatas com relação à sua candidatura. Dizia há poucos dias que era candidato à Presidência da República. Parece-me que essa candidatura foi esquecida, deixada de lado. Prometeu vir disputar o governo do Paraná. E agora, ao que parece, circula em Brasília tentando conseguir um ministério inexpressivo. Parece-me que, o Senador banqueiro, se contentaria em assumir o Ministério do Trabalho.

Porém sabemos que ficaria muito mais coerente se fosse criado para ele o "ministério do capital", porque a sua passagem pelo Ministério da Indústria e do Comércio teve acontecimentos, no mínimo, desagradáveis para o povo do Paraná. Usou o ministério em causa própria, manipulando alíquotas de importação de algodão, usando de seu posto privilegiado para interferir em processos de privatização do qual fez parte, foi beneficiário. E agora, ao que parece, o Senador que dizia que não iria negociar com voto, parece-me que está barganhando os votos do povo do Paraná lá em Brasília.

O que é mais grave, há poucos dias estava tentando formar uma aliança com o PDT do Paraná. Agora, ao que parece, está negociando com Fernando Henrique Cardoso talvez alguma taxa especial de juro no Banco Central, para que ele desista da sua candidatura e venha ao Paraná não mais de chapéu, mas, talvez até, com uma peruca.

Até quero crer que o novo símbolo do Senador banqueiro do Paraná, se efetivamente for candidato, não deverá mais ser o chapéu de palha daquele do homem do campo que trabalha duro. Mas talvez um chapéuzinho de veludo, cor de rosa, mais apropriado ao público feminino.

É lamentável que o Paraná possa assistir a esse tipo de negociata, de barganha, e que nenhuma voz se levante para reputar esse tipo de atitude. Nós até lamentamos. Gostaríamos de ver o Senador candidato, porque a economia do Paraná está em recessão. Talvez a injeção de alguns milhões de dólares nesta economia seria por demais necessária, apropriada e oportuna para o povo deste Estado. E com certeza iríamos comemorar no dia 3 de outubro a posição mais apropriada para o Senador que seria o lanterninha de ouro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessutí) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Há cinco séculos atrás, no dia de ho-

je, o Brasil tinha entre cinco e seis milhões de pessoas que aqui viviam. Estas pessoas foram chamadas de índios, nome dado pelos brancos que aqui chegaram, uma vez que imaginavam que estivesse chegando às Índias. E de lá para cá esta população indígena tem sido varrida da face da terra brasílica, chamada Terra de Santa Cruz e de Vera Cruz.

Segundo um mapa étnico-histórico de Kurt Nimuendasju, um alemão que veio para o Brasil no começo do século XVII, teriam existido no Brasil 900 tribos entre as suas várias regiões. No processo de assimilação e de aculturação dessas tribos, seiscentas e noventa e quatro foram destruídas. Sobraram simplesmente 206 grupos indígenas. Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro, os brancos conseguiram nesses cinco séculos extinguir uma média de cem nações.

Portanto, uma nação por ano. A Constituição brasileira tinha definido que até 5 de outubro de 93 todas as terras indígenas deveriam estar regularizadas e demarcadas. Das 532 áreas indígenas identificadas, somente 266 foram demarcadas. No nosso Estado do Paraná boa parte das áreas indígenas ainda encontram-se em disputa judicial.

E quando falamos em extinção de nações indígenas, em extinção de tribos, podemos lembrar dos índios Xetá que viviam na Serra de Dourado, no município de Cruzeiro do Oeste. No final da década de 40, início da década de 50 tiveram esses índios os primeiros contatos com o homem branco. Era um grupo pequeno, semi-nômade, e que foi praticamente destruído, não existindo hoje mais que uma dúzia de índios vivos, ou seja, em quarenta anos destrói-se uma Nação, destrói-se uma cultura, destrói-se uma língua. Foi isto que os homens brancos fizeram com os Xetás.

No nosso Estado todos vivem muito mal. Quando visitamos essas reservas, através da Comissão Especial aqui da Assembleia Legislativa, nos constatamos que boa parte deles, cerca de 40%, a quase 50, vivem em condições de fome. O trabalho é escasso e geralmente tem que se sair da reserva para trabalhar e muitas vezes trabalham em regime de semi-escravidão, como já denunciemos dessa Tribuna com os índios de São Gerônimo e de Apucarantina, que são levados até o Mato Grosso para lá trabalharem em regime semi-escravo, sendo que numa dessas últimas viagens um deles morreu vítima de acidente de trabalho.

A questão de saúde não tem um atendimento adequado, e na área de educação a maioria das escolas das reservas estão fechadas, ou não tem professor bilíngue para que a cultura da língua seja mantida. Além dessas dificuldades, dessa situação dramática desses primeiros brasileiros, existe também na região Oeste os Avá-Guaranis,

eles viviam nessa região, Oeste e Sudoeste do Paraná, próximo à fronteira e do outro lado da fronteira da Argentina e do Paraguai, são índios também semi-nômades e que como eles não entendem a fronteira do branco não é colocado para ele que a nação branca seja uma nação índia, a nação índia é independente, portanto não reconhecem fronteira geográfica, e isso faz com que eles estejam de um ou do outro lado da fronteira com o seu povo, com a sua nação.

Em função disso é dificultada a regularização da terra em que eles vivem porque alegam quantos índios têm em dado momento da história, ou em dado momento no tempo, uma vez que como nômades eles estão do lado de lá ou do lado de cá da fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que Vossa Excelência passa a falar no Horário da Liderança do PT.

O SR. DOUTOR ROSINHA - A situação dos Avá-Guaranis hoje é dramática, com a formação do lago de Itaipu, esses índios tiveram suas terras inundadas, os Jacotinga-ocof. Sobra para esse grupo indígena somente agora uma faixa de terra de aproximadamente 100 metros de largura, aonde esses índios vivem à margem do lago, estão no Município de São Miguel do Iguçu, ou São Miguel do Oeste.

Nessa faixa de terra não há terra suficiente para plantar, e na hora que descuidam da margem, a fronteira com as fazendas é diminuída, tendo que constantemente ser demarcada porque o trator destrói os marcos e eles são mudados de lugar. A comida desses índios quando lá estivemos no final do ano passado é buscado no lixo do Município, é buscado no lixo da cidade.

O atendimento à saúde é feito por um técnico semi-profissional, que mal distribui medicamentos do que atende realmente as necessidades da população. Quando lá estivemos a escola estava fechada porque o professor também da etnia Avá-Guarani, tendo necessidade de produzir alimento, e a FUNAI não pagava o salário dele como professor, ele teve que deixar o cargo de professor para poder trabalhar na roça para continuar se alimentando, e esse professor é bilíngüe e é importante que ele mantenha a condição de professor. A água consumida por ele era em poços com menos de quinze metros de distância do lago, poços abertos, com profundidade de dois ou três metros, com a água totalmente contaminada, conforme relato desses habitantes. Porque no momento em que eles consumiam essa água eles já constataavam que logo em seguida ficavam doentes.

De posse desse relatório, nós que lá estivemos, eu como Deputado dando continuidade àquela comissão especial formada aqui nesta Assembléia; mais a professora Kimye Tommasino, da Universidade Estadual de Londrina mais as funcionárias Nância, da Secretaria Estadual de Saúde e Lúcia, da Fundação Nacional de Saúde, constatamos essa realidade, fizemos um relatório e remetemos os órgãos responsáveis para solucionar esse problema, que é no nosso entender a FUNAI - Fundação Nacional de Saúde e principalmente Itaipu que tem que resolver essa situação transferindo essa comunidade Avá-Guarani daquela área para uma outra área, mas que seja bastante ampla e com floresta para que lá eles possam viver.

Não adianta querer estabelecer módulos mínimo, como propõe o INCRA com a Secretaria de Agricultura, porque a população indígena trabalha diferente do homem branco. O módulo mínimo é para ser explorado por branco, mas como eu disse, uma população semi-nômade ela viaja de uma área para outra e quando chega ela fica três, seis meses, um ano nessa área e ali ela tem que produzir, ela tem que plantar, então não dá para estabelecer área para que os índios passem a habitar, como se fosse um branco ali a habitar, porque a população é flutuante, como reflexo da cultura e da maneira desses índios, essas pessoas é que devem respeitar.

A Sra. Emília Belinti - V.Exa. me permite um aparte?

Quero me somar ao pronunciamento de V.Exa. em respeito a situação triste em que se encontra o índio brasileiro.

Queremos cumprimentar dona Marina de Souza, que é Presidente da Mulher Indígena e que se manifestou no início da sessão, mostrando a situação em que vive o índio brasileiro e especialmente o índio paranaense.

Estivemos neste final de semana em Londrina visitando a reserva indígena de Apucarantina, e nós pudemos realmente constatar a triste situação e hoje a Folha de Londrina e o Estado do Paraná, trazem matéria mostrando a triste realidade do índio no Estado do Paraná, da situação do índio no Brasil.

Há necessidade de investimento do INCRA nas reservas indígenas, no resgate da cidadania do índio brasileiro.

Então, quero cumprimentar pelo seu pronunciamento, dizer que nós nos somamos a ele e nos preocupamos também com a situação de doenças, inclusive sendo manifestada através desta reportagem, a ocorrência de três casos de AIDS em reservas indígenas.

O índio está pegando a doença do bran-

co e não está recebendo do Poder Público Federal, Estadual a devida atenção que deveria receber, principalmene na área da saúde e principalmente no sentido de devolver a esses índios a terra que lhes é de direito.

Queremos então cumprimentar pelo seu pronunciamento, nos somar a ele e manifestar a nossa tristeza também com o descaso que sofrem os nossos índios.

Quero cumprimentar a Dona Marina pelo seu trabalho que faz junto as mulheres indígenas, no sentido de que elas sejam valorizadas dentro, não só dentro da sua reserva, do seu grupo, mas que sejam respeitadas por toda sociedade.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço a sua intervenção e há um poema de José Paulo, que diz:

"19 de Abril, Dia do Índio e daqueles que têm os seus dias contados."

Esperamos que, contrariando esse poema, todos nós, Deputados do Estado do Paraná, passemos a defender os direitos desses primeiros cidadãos que aqui viviam.

Quando disse a Deputada Emília Belinati: "resgatar a cidadania do índio", eu até acredito se nessa terra teve alguém que teve cidadania até hoje foi o índio. Nós, o restante dos brancos e trabalhadores, de uma maneira geral num dado momento da história não chegou ainda a ter a cidadania. Vamos resgatar a do índio e vamos criar a cidadania para nós brancos, porque essa terra tem espaço para todos nós.

É possível vivermos.

O Governo do Estado criou a Secretaria Especial de Assuntos Indígenas e até agora muito pouco avançou.

Este Parlamento nesta legislatura cumpriu um papel aprovando um relatório feito por uma comissão que visitou 50% das reservas e conforme é o nosso único poder e a única capacidade que temos, a de remeter o retrato que constatamos para as autoridades competentes, este Parlamento cumpriu. E agora esperamos que os Deputados se somem para resolver a questão dos índios Avá-Guaranis que não têm terras, que estão às margens de Itaipu, cujas terras foram tomadas e é assim que queremos contar.

O Senhor Cezar Silvestri - Permite-me um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Deputado Rosinha, Vossa Excelência me acompanhou quando fizemos uma caminhada percorrendo todas as reservas indígenas do Paraná.

Fui autor de um projeto onde repassava a todos os municípios que tinham em seus territórios reservas indígenas, uma parte de ICMS provenientes dos "royalties" eco-

lógicos.

A princípio a nossa idéia era a de apresentarmos um projeto onde esse repasse fosse feito diretamente para as reservas indígenas e esses recursos fossem aplicados através dos seus conselhos indígenas.

Infelizmente, em virtude da análise feita quanto à constitucionalidade, chegou-se à conclusão de que os recursos deveriam ser repassados aos municípios.

Então, estou lhe fazendo esse aparte, é porque sei da sua preocupação com a causa indígena, onde devemos esclarecer a todos os caciques e a todas as lideranças indígenas do Paraná de que, a partir de 1993, eles passaram - os municípios - a receber um acréscimo de ICMS em virtude de ter reservas indígenas no seu território.

Isso é importante esclarecer porque muitos prefeitos estão recebendo esse dinheiro e não estão repassando através de melhor saúde, de educação para as reservas indígenas.

Acho que essa luta não é somente minha, é sua, do Deputado Paulo Maia, de todos aqueles que participaram conosco naquele trabalho.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência. Foi mais um exemplo que esta Casa deu - volto a repetir. Podemos contribuir ainda mais, porque em dois momentos importantes essa legislatura contribui. Não lembro de legislaturas anteriores terem contribuído. E todos os municípios, como disse o Deputado Cezar Silvestri, aumentaram um percentual mínimo, mas aumentaram, de "royalties", pela razão da reserva.

Cabe a nós Deputados que viajamos para o interior, esclarecermos as lideranças indígenas deste Estado para que elas passem a cobrar realmente que sejam investidos nessas reservas.

Por isso que defendemos que muitas das ações dessas reservas têm que sair do âmbito de Governo Federal e Estadual, mas, sim, eles repassarem verbas para o município que vive o problema, a fim de que ele invista e resolva esse problema.

Todas essas populações vivendo nessas reservas, vivendo nessas comunidades poderão ter vida melhor, desde que descentralizado com poder, com dinheiro, com verbas para que os prefeitos façam algum plano mínimo de saúde, educação e agricultura para essas comunidades indígenas, para que aquele poema de José Paulo não seja verdadeiro de que hoje seria o dia daqueles que têm os dias contados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uso da palavra só para esclarecer ao ilustre Deputado Ernani Pudell alguns pontos que talvez, por desconhecimento, ele tenha usado da Tribuna para cometer uma injustiça, que foi criticar negativamente a atuação do ilustre Senador Presidente do PTB, José Eduardo, quando ocupou o Ministério da Indústria e Comércio e Turismo.

Infelizmente, o Ministro não é muito dado ou praticamente não é dado a pagar a divulgação dos seus atos no Governo Federal e grande parcela da população desconhece a excepcional passagem de José Eduardo, frente ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Em 1992, no final, quando assumiu a pasta do Ministério de Indústria, Comércio e Turismo, José Eduardo praticamente pegou um Ministério desmantelado, não existia o Ministério, não existia recurso orçamentário, não tinha equipe, não tinha nada.

Por 14 meses José Eduardo travou uma batalha incansável contra o desemprego. Provo a Vossa Excelência de que a passagem pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo do Senador Eduardo foi por demais positiva.

Só para exemplificar a Vossa Excelência que talvez a exemplo de muitos desconhece a excepcional atuação do Ministro José Eduardo frente aquela pasta, cito a Vossa Excelência que ele reativou as famosas Câmaras Setoriais, ele transformou num grande Fórum de entendimento e de interesse entre empregados, empregadores e autoridades, e o exemplo mais marcante desse entendimento promovido frente as Câmaras Setoriais foi o crescimento da indústria automobilística.

A indústria automobilística, de uma produção de 750 mil veículos por ano ela soltou em 1993 para um milhão e trezentos mil veículos. Um salto significativo e representativo a nível de assegurar emprego de centenas e milhares de trabalhadores brasileiros e acima de tudo impostos.

Até hoje o resultado é positivo, a indústria não consegue atender a demanda, principalmente no setor de veículos populares.

Isso foi graças a atuação marcante do Ministro José Eduardo Vieira. Em 14 meses somente, ele montou o Ministério e promoveu as Câmaras Setoriais. Outro exemplo que talvez grande parte do Paraná desconheça, foi a criação da APPC que é a Associação dos Países Produtores de Café.

Quando o Ministro José Eduardo assumiu o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo o preço da saca do café no mercado internacional custava 42 dólares, e quando deixou a APPC em março desse ano o preço da saca de café pulou para 82 dólares, um

marco importante na economia brasileira, porque depois da indústria da construção civil a cafeicultura é a que mais emprega gente na área rural.

Em 1993, um outro dado importante, na atuação de José Eduardo frente o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, foi o crescimento do nosso comércio exterior, 9% da balança comercial.

Isso deve ser resultado, foi o maior Ministro da Indústria e Comércio na área, que passou em Brasília, e o Paraná deve se orgulhar disso.

Então, não procede - provamos com números - não procede a crítica negativa e depreciativa pela qual Vossa Excelência tentou aqui fazer contra o Ministro José Eduardo.

O Sr. Ernani Pudell - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. MÁRIO BEZERRA - Infelizmente no Pequeno Expediente não é concedido, mas poderemos abrir um debate muito profundo no Grande Expediente nos próximos dias, para falarmos sobre a política econômica brasileira e a atuação do José Eduardo.

Só gostaria de esclarecer ao nobre Deputado Ernani Pudell que estou indo pelo raciocínio de Vossa Excelência.

Vossa Excelência primeiro criticou a atuação do Ministro frente a Pasta do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, e estou respondendo a Vossa Excelência, com número. E se Vossa Excelência realmente quiser saber da verdade nós passaremos a um levantamento completo sobre a passagem altamente positiva de José Eduardo, que pouco falou, mas que muito fez.

Quanto ao aspecto da sua candidatura que é um outro detalhe importante para Vossa Excelência, o Ministro não é candidato por vontade própria ao Governo do Paraná, mas pela pressão das bases, houve uma mobilização muito grande a nível de PTB no Paraná, aliás, não só do PTB, mas praticamente de todos os Partidos, excluindo o PT, esse Partido de Esquerda, se manifestaram favoráveis ao nome do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, porque sentem nele a pessoa necessária para tirar o Estado do Paraná da estagnação econômica e política que se encontra há muitos e muitos anos.

É necessário que tenhamos um gerente na política paranaense que saiamos do discurso demagogo, mas que partamos do discurso para o trabalho, e o Ministro José Eduardo, apesar das críticas depreciativas por ele ser um banqueiro, Ser banqueiro não é defeito para ninguém, mas é o homem que mais emprega gente a nível empresarial no Paraná, mais de 50 mil funcionários vivem sobre a sua batuta, que é o conglome-

rado BAMERINDUS, empresas correlatas.

Então, é necessário que nós nos atentemos para isso, se o Ministro sendo candidato ao Governo do Paraná, não virá por vontade própria, e nem por vaidade pessoal, mas por pressão das bases, por pressões, acima de tudo, do seu partido, que é o PTB. As negociações, as confabulações, os acertos políticos acontecem em todos os níveis.

O PT de Vossa Excelência vive no Palácio Iguazu, conversando com Mário Pereira e vai apoiar Roberto Requião e vai apoiar Álvaro Dias que Vossa Excelência e seu partido tanto criticam.

Vivem no Palácio Iguazu, Álvaro Dias vai à Brasília. Foi ontem conversar com José Eduardo. O candidato do PDT também conversa com José Eduardo e de todos esses, o que mais tem abertura para conversa, é o José Eduardo. É um homem aberto à conversa, ao entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência informa que Vossa Excelência passa a falar no horário do PTB.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Então é necessário, ilustre Deputado Ernani Pudell, que coloquemos os pingos nos "is", e expliquemos à sociedade paranaense verdadeiramente quem é que trabalha, quem não trabalha.

José Eduardo, sinteticamente falando, é o Ministro que menos tempo ocupou aquela Pasta, mas quem mais fez e que a repercussão é a nível nacional e se colocarmos na mídia o que ele fez, sem dúvida nenhuma, botará debaixo do braço aqueles que andam pela imprensa dizendo que fez, mas que realmente não fez nada.

Faço a Vossa Excelência um desafio, para que possamos, no Horário do Grande Expediente, nesta Casa, debatermos a política estadual, acima de tudo, que é comandada hoje pelo Mário Pereira e foi comandada pelo Requião que deixou há dias passados, para concorrer a um cargo ao Senado e debatermos também, a política nacional.

Falamos a verdade, simplesmente a verdade. Fica o meu desafio, o meu convite a Vossa Excelência à bancada do PT e a Bancada dos Deputados que compõem o governo e aos meus companheiros de bancada e de oposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário do Pequeno Expediente, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É de se registrar nesta oportunidade, as falas e as comemorações que se faz, referente ao Dia do Índio.

Comemora-se e fala-se desta tribuna, fala-se dos quatro cantos do Estado, a respeito do Dia do Professor, a respeito do Dia do Funcionalismo Público, do Dia da Mulher e hoje nós tivemos a oportunidade, até por iniciativa, como muito bem frisou a representante do Grupo Feminino, a Dona Marina Souza, coordenadora do Grupo Feminino da Mulher Indígena que por uma iniciativa da Deputada Emília Belinati, ela veio a esta tribuna.

Honrou-nos sobremaneira, o PDT, porque tem de fato, nos estatutos do Partido, uma preocupação referente ao índio brasileiro, mas ontem recebíamos a visita da dona Marina e víamos a dona Marina intercedendo e tenho a certeza que procurou outros gabinetes para que em cada local regional, pudesse ser construída a casa de apoio ao índio paranaense e tenho certeza, dona Marina que, lamentavelmente registrou-se nesta oportunidade, e se não houver uma mobilização forte das representações indígenas, não teremos realizado este sonho, porque não devemos tratar o índio como um ser que deve mendigar apoio de quem quer que seja, mas um ser humano responsável pela construção e pela história do Brasil.

E tenho certeza que se a comunidade indígena - tendo a Senhora como representante e tantos outros representantes - se mobilizarem junto ao Governo do Estado, junto a Prefeitos Municipais das regiões onde devem ser criadas estas casas, em condições de dar atendimento humano, tenho certeza que isto sensibilizará os homens públicos do Paraná.

Creio que este registro fica sendo feito neste momento, onde nós pedetistas queremos registrar que nesta data, também nasceu, em 1883, o grande estadista que marcou a história do trabalho brasileiro que é Getúlio Vargas. Foi por ali que se começou o respeito ao direito do trabalhador brasileiro, quando se criava a carteira de trabalho e o regime CLT.

E nesta oportunidade é o momento em que se deve associar o direito do índio ao direito do trabalhador e a história que foi construída quando um brasileiro estadista, achou, que devia por dever, respeitar e garantir o direito do trabalhador.

Neste momento não podemos deixar de registrar este fato histórico da política brasileira. Não podemos deixar de registrar este estadista que até hoje é lembrado nos diferentes cantos deste País, pela história séria, pela história do respeito à dignidade do ser humano e do trabalhador brasileiro.

Tenho certeza, dona Marina, que nesse momento em que a Senhora fala pelo índio paranaense, Getúlio começava também a dizer a história do trabalhador e, tenho certeza, que aí não se dissocia a história



do trabalhador - índio brasileiro.  
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente a palavra com o Deputado Nilton Barbosa.

(Declina).

No Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado José Afonso Junior.

Antes porém, esta Presidência registra com satisfação a presença entre nós da Vereadora e Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ortigueira - Lady Spake.

O SR. JOSÉ AFONSO JUNIOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há alguns meses atrás eu denunciava a esta Assembléia Legislativa do Paraná a falsificação da minha assinatura num documento público com timbre da Assembléia. Esta Casa, mostrando preocupação e responsabilidade, formou uma CPI composta pelos Deputados Alceu Swarowski, Mário Bezerra e Ovídio Constantino. Chegaram à seguinte conclusão: houve fraude e houve dolo. E, por incrível que pareça, o criminoso continua impune.

Por isso, venho a esta tribuna dizer aos Srs. Deputados que, para nossa tristeza, recebemos uma carta registrada em cartório - que passamos ao Presidente desta Casa - onde o ex-Prefeito de Santo Antônio da Platina, pai do atual Deputado Ritti, vem a público, dizer que a minha assinatura foi falsificada.

Srs. Deputados, até quando assistiremos passíveis a impunidade do Deputado Ritti? Ao longo dessa legislatura, o Deputado Ritti não tem feito outra coisa se não envergonhar esta instituição com seus atos covardes. Agora mesmo se levanta na Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Platina, uma CPI através da carta do Sr. ex-Prefeito, que denuncia a administração pública municipal.

Neste mesmo instante o Sr. Deputado Ritti sai à cata de Deputados para prejudicar o Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Antônio da Platina, Vereador Luciano Dias dos Reis.

Confio na seriedade deste Legislativo. O Paraná está a cobrar, a sociedade está a cobrar! Se não tomarmos providências severas nesta eleição, pagaremos caro por ter entre nós um elemento que, sem sombra de dúvidas, não tem condições para ser Parlamentar do Estado do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Carlos Simões.

O Sr. Carlos Simões (Aparte) - Sr. Deputado, quero neste momento aproveitar o seu desabafo e ao mesmo tempo ficar solidário com a sua pessoa e dizer que: Deputado Ritti, o senhor sabe do que estou fa-

lando. Meu programa de televisão, a Rede Manchete, a TV Independência, que entrava através de Cornélio Procópio, misteriosamente teve os transmissores queimados criminosamente e até agora a Polícia Civil, a Polícia Federal, não fizeram os devidos levantamentos. Misteriosamente foi incendiado. Quando estivemos lá num debate com a população em que o Deputado participou e que misteriosamente houve o incêndio lá nos transmissores e até agora não foi recolocado no ar. A televisão comprou aparelhagem e até agora, por ordem da Prefeita e de mais não sei quem, estamos proibidos de entrar na região numa provocação idióta, numa provocação antidemocrática.

Sabe o Deputado que sempre o respeitei e quando estive na sua terra sempre citei seu nome como Deputado, e da mesma forma de V.Exa. que também é meu amigo e que tenho hoje uma participação, os Senhores sabem, efetiva, na região do norte pioneiro.

Então, José Afonso, através do Chico, Vereador mais votado em Santo Antônio da Platina, os Vereadores, nós também estamos encaminhando um requerimento à Câmara Municipal, através da qual vai ser montada outra CPI para saber por que é que a Rede Manchete não passa mais hoje lá em Santo Antônio da Platina.

Acho isto o fim da picada, antidemocrático, mas necessita disto. Sou uma pessoa que, como comunicador respeito e se não houver contentamento que se busque o meio legal, judicial, para dirimir a dúvida e não agindo desta forma.

José Afonso, a minha solidariedade.

O Sr. Ovídio Constantino - Concede-me um aparte, nobre Deputado?

(Assentimento)

Deputado José Afonso, só queria pedir este aparte para lhe dizer que fiz parte daquela comissão, e que a Comissão de Constituição e Justiça da época designou para fazer o levantamento na Cidade de Santo Antônio da Platina.

A nossa Comissão se dirigiu até lá, fez o seu trabalho, se não estou esquecido o Deputado Mário Bezerra foi o Relator da nossa Comissão, designada pelo Deputado Colombino Grassano, na época Presidente da C.C.J., e o nosso parecer, o Parecer aprovado por aquela Comissão Especial foi de que havia uma certa culpa do Deputado Ritti. Esta foi a conclusão.

Eu, neste Plenário cobrei inúmeras vezes da Mesa desta Casa - e inclusive por escrito - o encaminhamento da questão, porque ficou parado na Mesa da Assembléia sem nenhuma solução para o problema. Por inúmeras vezes solicitei que a Mesa desse um encaminhamento e uma solução para o caso.

E eu, lamentavelmente, há alguns dias,



vi distribuído aqui nas nossas mesas, uma carta do Deputado Ritti com parecer de arquivamento - me parece que este o termo que se chama: Parecer - ou com uma determinação da Mesa desta Casa do arquivamento daquele processo por razões que a Mesa justifica que teria razões para arquivar o processo e não dar prosseguimento.

Vi com estranheza aquela publicação, por que o Plenário desta Casa não havia ainda sido nem informado depois de tanta insistência que eu pedi, como membro da Comissão, porque recebia telefonemas e cartas inclusive de pessoas de Santo Antônio da Platina o que deu aquela Comissão que fomos lá e não deu em nada, não tínhamos nem resposta.

Fui obrigado a responder para um Vereador que me pediu, que eu - inclusive juntando notas taquigráficas - havia cobrado insistentemente da Mesa encaminhamento daquela questão e infelizmente não vimos nenhuma solução. E aí, para minha surpresa eu vi publicado que a Mesa tinha arquivado aquele processo.

Muito obrigado.

O Sr. Colombino Grassano - V.Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Auditando as palavras do nobre Deputado Ovídio Constantino, V.Exa. devia cobrar da Comissão Executiva, e não da Comissão de Constituição e Justiça, ou dos membros da Comissão Especial, cuja Comissão cumpriu uma determinação da Presidência da Comissão de Constituição e Justiça; porque esse processo foi arquivado, alegando a Comissão Executiva de que a Comissão de Constituição e Justiça não tinha poderes para constituir uma Comissão Especial.

Mas não se recorda a Comissão Executiva que a própria Comissão Executiva forneceu transporte, segurança, funcionários para que esta comissão pudesse realizar o seu trabalho. Foi uma contribuição da Comissão de Constituição e Justiça, porque poderemos ser acusados por ação praticada, mas jamais por omissão nesta Casa Legislativa. E como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, recebendo a denúncia como recebi, era do meu dever de Parlamentar e de Presidente de tomar as providências.

As providências foram tomadas, agi de acordo com o Regimento Interno, encaminhei depois de que a Comissão deu o Parecer à Comissão Executiva, e a própria Comissão mandou que se arquivasse. Então, responsabilidade não cabe à Comissão de Constituição e Justiça, aos membros da Comissão Especial determinada pela Presidência; e dessa forma cumprimos com a nossa obrigação e estamos isentos de qualquer crítica por parte de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que o Horário da Liderança está incluído e lhe concede mais alguns instantes para concluir seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ AFONSO JUNIOR - Só queria dizer ao Deputado Colombino Grassano que entendemos a seriedade da Comissão de Constituição e Justiça, não estamos colocando em dúvida, estamos trazendo novamente, uma vez que tivemos novas denúncias: é o próprio pai falando que o filho falsificou a minha assinatura.

Então, encareço deste Plenário uma comissão composta de vários líderes dos vários Partidos para que possamos dar um basta nisso de uma vez por todas. É hora também, Srs. Deputados de darmos um final a esta situação e mostrarmos à sociedade paranaense que esta Casa não compactua com criminoso.

Muito obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Indago a Vossa Excelência se o Deputado José Arthur Ritti pode usar o horário da Liderança do PP.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ele poderá, Deputado Nilton Barbosa, já que já vencemos essa etapa, inscrever-se em explicações pessoais.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Acontece, Sr. Presidente que às 16:00 horas tem uma audiência em que ele teria que fazer parte. Ele poderia usar, porque é normal às vezes os companheiros de outros Partidos, quando chegam à Casa já anunciando ceder a palavra. Gostaria que Vossa Excelência concedesse que ele usasse ainda no Horário do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a solicitação do Deputado Nilton Barbosa, Líder do PP, abrimos essa exceção a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhora e Senhores. Parlamento vem da palavra italiana "Parlare" - aonde se fala. Só que esta Casa tem sido palco, principalmente com relação a minha pessoa, de atos difamatórios, inclusive esse como o nobre Deputado Carlos Simões proferiu agora. O Deputado parece-me que é formado em Direito, mas ele se esquece que na área criminal cabe um processo, Deputado Carlos Simões.

Então, acho que se a retransmissora da Rede Manchete não está pegando na região do Norte Pioneiro, ou mais precisamente em Santo Antônio da Platina, eu acho que essas hilações, essas conclusões a que o se-

nhor mesmo chegou, devem ser esclarecidas através da Polícia Federal, e lá já se encontra um ofício nesse sentido.

Então, gostaria inclusive que o senhor retificasse as suas declarações, porque são declarações altamente comprometedoras, Deputado Carlos Simões, eu tenho toda consideração por V.Exa.

Quanto ao Deputado José Afonso Júnior, de quem fui eleitor - inclusive nas eleições de 1.986 - acho que o Deputado deveria fazer um retrospecto da sua atuação, porque nas eleições de 1.990, quando corri pela primeira vez e ele concorreu pela segunda vez, concorrendo a reeleição, tive em Santo Antônio da Platina sete mil votos e ele teve dois mil votos.

(vozes sobrepostas)

O Senhor sabe que o Senhor tem muito mais poderio econômico do que eu, o Senhor é um milionário, todo mundo no Norte Pioneiro sabe disso aí. Não interessa se o Senhor é herdeiro ou se o Senhor trabalhou para ganhar, isso não me interessa, todo mundo sabe que o Senhor é uma pessoa das grandes fortunas no Norte Pioneiro hoje, mas isto não vem ao caso, Deputados, o que vem ao caso agora, é que isso é uma briga política, na qual está sendo criada uma briga de família, problemas familiares, os Senhores acompanharam pelos jornais, meu pai está precisando de tratamento, vocês acompanharam as declarações de minha avó.

A própria mãe do ex-prefeito, minha avó, infelizmente, teve que ir ao jornal e dizer que meu pai não está bem de saúde. Este fato está sendo aproveitado pelo Deputado José Afonso Júnior para denegrir a minha imagem, desde o primeiro dia em que entrei nesta Casa, ele vem se aproveitando de fatos, um atrás do outro para me manter na mídia negativamente.

Então é hora de dar um basta nisto aí e colocar as coisas em seu devido lugar. Somos adversários históricos. Fui eleito em relação a insatisfação da população de Santo Antônio da Platina e do Norte Pioneiro, com relação a sua atuação parlamentar. O Senhor, na eleição de 86 obteve praticamente nove mil votos em Santo Antônio da Platina, não conseguiu repetir essa votação, então parece-me que há uma mágoa muito grande do fato do meu pai não estar muito bem de saúde, desferindo ataques em minha pessoa, desferindo ataque na pessoa de minha mãe.

(vozes sobrepostas)

A comissão formada não obteve um parecer definitivo sobre o caso do Monte Real, todas as conclusões estão naquele parecer, Deputado José Afonso Júnior, não cabe à mim discutir isso. A matéria está vencida e V.Exa. está ressuscitando coisas passadas. Estamos aqui no final de um período legislativo. Estamos aqui para trabalhar

pelo povo do Paraná. Não estamos aqui para nos meter em problemas de família.

V.Exa. está usando de um mau caratismo horrível. Temos problemas sim. Toda família tem problemas e é um desabafo que estou fazendo aqui.

Peço aos meus Pares aqui nesta Casa, que não dêem apoio as iniciativas desta natureza. Estamos tentando contornar de toda maneira. É uma dor para um filho ter que falar que seu pai não está bem de saúde mental, não é problema de saúde física, é problema de saúde mental.

Temos que ter ética. Temos que ter consideração pelas pessoas.

E é isso que peço a vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças.

Presença entre nós do Prefeito de Inácio Martins, Dr. Eugênio Mazepa.

Deputado Toti Colaço parabeniza sua visita a este Parlamento.

Presença também do Prefeito de São João do Ivai, José Francisco de Queiroz.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro) de autoria do Sr. Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Esta Presidência encarece ao Deputado Nilton César Servo que informe à Mesa a sua filiação partidária para que possamos concluir, em definitivo, as composições das bancadas neste Poder Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 092/93, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a ceder à Fundação de Esporte e Turismo - FETUR, um imóvel que especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.. **Apro-**

vado, artigo por artigo.

## ITEM 02

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 706/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que requer outorga de Título de Cidadão Honorário, ao Excelentíssimo Sr. Cândido Garcia, Digníssimo Presidente da Associação Paranaense de Ensino e Cultura, APEC. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 03

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 727/93, de autoria do Deputado Renato Adur e outros. Fica proibido dentro do Território do Paraná, o trânsito de mercadorias consideradas como lixo químico pelo IBAMA. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C., S.P., e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 04

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 001/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 126/93. Fica autorizada a BANESTADO S/A - Informática a participar do capital social da ASBAN S/A - Participações, mediante a aquisição de 50% da totalidade das ações de sua emissão. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 05

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 015/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 004/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Irati, o imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 06

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 017/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 005/94, fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, o Lote n° 01, localizado no Bairro Planalto, na Cidade de Pato Branco, sem benfeitorias de propriedade do Instituto de Desenvolvimento do Paraná - FUNDEPAR. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 07

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 032/94, autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor David Tows, conforme especifica. COM PARECER CONTRÁRIO da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Com voto contrário, mantendo o Parecer da C.C.J..

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento).

O nosso voto é favorável ao Parecer. Faltam os requisitos legais.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se os votos contrários do Deputado Colombino Grassano e da Bancada do PT.

## ITEM 08

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 068/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 015/94, que objetiva criar, no Quadro de Saúde do Paraná-ISEPR, 331 (trezentos e trinta e um) cargos de provimento efetivos relacionados no Anexo desta Lei. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre a mesa, Emenda Aditiva de Plenário de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

## PROJETO DE LEI N° 68/94

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 01

Acrescente-se ao artigo 1° do Projeto de Lei n° 68/94 o seguinte Parágrafo Único.

"Art. 1° - ...

Parágrafo Único - Os cargos criados por esta Lei, destinam-se exclusivamente ao Hospital Geral Mauro Senna Goulart."

Sala das Sessões, em 19.04.94

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: Nelson Garcia, Alceu Swarowski, Júlio Bifon, Ernani Pudell.

## JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda visa esclarecer no teor do Projeto, a que se destinam tais cargos. Na exposição de motivos do Exmo. Sr. Governador, consta que os cargos, ora criados, visam atender a necessidades do Hospital Geral Mauro Senna Goulart, no Portão nesta Capital.

Retorna à C.C.J. para receber parecer, retornando, logo a seguir, com sua discussão encerrada.

O SR. DR. ROSINHA - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento).

Esperamos que desta vez, como diz respeito à Saúde, também à Comissão de Saúde para discutir o mérito desses cargos que estão sendo criados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa solicita que o projeto vá à Comissão de Saúde e retorne à Ordem do Dia na próxima terça-feira.

ITEM 09

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 070/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 017/94, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta Lei, (Secretaria de Estado da Administração). COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 075/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - do Município de Lândia-nópolis. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 077/94, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a ceder em doação o veículo que especifica, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Engenheiro Beltrão - PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo**

ITEM 12

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 078/94, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, fica declarado de Utilidade Pública Estadual o "Movimento para Libertação de Vidas - MOLIVI", com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 093/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 026/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, visando atender despesas com aquisição de veículos para a Coordenação da Receita do Estado - CRE. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 096/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 024/94, que objetiva a criação, na estrutura da Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento, de 19 cargos de provimento em comissão, com a denominação de Chefe de Núcleo Regional e

simbologia DAS-5. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PAULO MAIA - A Bancada do PDT mantém a posição registrada ontem nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se a posição da Bancada do PDT, através do Deputado Paulo Maia.

O Sr. Ovídio Constantino (Pela Ordem) - Consulto a Mesa se não seria importante e necessário que esse Projeto fosse encaminhado à Comissão de Agricultura para parecer?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É nosso entendimento que não é necessário, trata-se de um assunto ligado a Secretaria da Agricultura, mas, não tem nada a ver com aspectos técnicos da agricultura.

ITEM 15

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Resolução n° 003/94, de autoria da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que aprova o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a construção da Usina Hidrelétrica da Salto Caxias, no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL da C.E.M.A. Substitutivo Geral da C.E.M.A.. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

O Projeto irá à 3.<sup>a</sup> Discussão na Sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento n° 861, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 825, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 826, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 827, 828 e 829, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 830, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 831 a 840, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 841, 842, 843, 844 e 845, de autoria do Senhor Deputado Algaci

Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 846 e 847, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859 e 860, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 878, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, com apoio do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 865 e 866, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 867, 868 e 869, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 877, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Em discussão.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 862, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Paulo Maia, Domingos Carvalho, Cezar Silvestri, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 879, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, solicitando que a presidência se pronuncie sobre a seguinte questão de ordem, "com a diminuição da Bancada do PL, Partido Liberal, que permanece somente com um Deputado, formulamos a questão de ordem para esclarecer se a mesma bancada continua com a representação perante as Comissões Permanentes". À Presidência, para opinar.

Esta Questão de Ordem será respondida pela Presidência na Sessão de amanhã.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Gosta-

ria que ficasse registrado nos Anais desta Casa a presença dos Vereadores de Cambé, Dr. Martins; o Vereador Carlos; o Vereador Alcino Favero e o Vereador José Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está registrado.

Requerimento n° 812, de autoria do Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Para encaminhar)

- Senhor Presidente, este requerimento trata-se da situação já denunciada. O médico referido no convênio é o médico Luciano Dias dos Reis, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio da Platina.

O médico está promovendo uma CPI como Presidente e há retaliação, querem fazer terrorismo para não deixarem o médico, como Presidente da Câmara, ter a tranqüilidade para julgar as denúncias ali formuladas.

Peço ao Plenário que não aprove o requerimento, em virtude desta denúncia que faço aqui neste momento.

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O médico em questão, do qual solicitamos informações, é o mesmo médico que foi suspenso pelo então Prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina, José Afonso Júnior, por seis meses.

Ele é filho do ex-Prefeito, Dr. Alcício de Jesus Reis, do qual o atual Deputado José Afonso Júnior foi discípulo político e depois elegeu-se Prefeito praticamente sobre o cadáver desse ex-Prefeito.

Então, peço aos meus Pares que julguem com isenção este Pedido de Informações, porque é um pedido que versa sobre um órgão público e o Deputado José Afonso Júnior quer fazer um cavalo de batalha nisso. Ontem ele suspendia o médico por seis meses do Hospital Municipal. Hoje ele defende este mesmo médico porque é conveniente para ele.

Então, não fiz "lobby" perante nenhum de vocês, como ele fez, e peço a vocês que julguem com isenção.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Pela Ordem) -

Para esclarecer ao Plenário, o médico em questão foi o médico que deu a receita com relação a minha assinatura falsificada, foi o médico que subscreveu dizendo que o Deputado Arthur Ritti estava passando mal e por isso ele não veio em Plenário. É o mesmo médico em questão.

O SR. JOSÉ A. RITTI (Pela Ordem) - Gosta-

ria também, Sr. Presidente, que ficasse claro que o cunhado do atual Deputado José Afonso Júnior foi operado por esse mesmo médico e teve a sua vida salva por ele.

Então, ele está colocando em dúvida a idoneidade ética e profissional desse médico.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - O médico é bom.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Conheço o Dr. Luciano Reis que foi contemporâneo meu de faculdade e acho que não é o momento de fazer este tipo de discussão, de que profissional é este. Não estamos numa reunião do Conselho Regional de Medicina para ficar julgando se o Dr. Luciano agiu ou não agiu eticamente. Estamos num Parlamento e há um Pedido de Informações solicitado para saber se o referido médico é funcionário público do Instituto de Previdência do Estado ou não e quais os serviços prestados.

Neste Parlamento, desde que aqui assumimos, fizemos vários Pedidos de Informações e nunca votamos contra nenhum dos Pedidos formulados. É um direito do Deputado saber tudo a respeito da questão pública e se esse médico é funcionário público a nossa posição é pela aprovação do Requerimento.

Se ele agiu corretamente como profissional médico e agiu corretamente nas relações de emprego e servidor dele com o Estado, nada há a se temer. Se por acaso teve um relacionamento relapso é necessário que a população saiba. Entendo que votar favorável ao pedido de informação não é retalhar o médico e nem favorecer este ou aquele Deputado; mas sim deixar claro uma relação pública entre um funcionário e o Estado do Paraná.

E é nesse sentido, para deixar claro essa relação, que votaremos favorável.

O SR. JOSÉ A. RITTI (Pela Ordem) - Muito obrigado, Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Não, não é agradecer, é obrigação minha, não faço isso por você.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa solicita aos Srs. Deputados que mantenham o decoro Parlamentar.

Está em votação o Requerimento de Pedido de Informações de autoria do Deputado José Arthur Ritti.

Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, com o voto contrário do Deputado José Afonso Júnior.**

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/92.
- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/94.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 020/93.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 764/93 e 043, 063, 074, 086/94.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DA SRA. DEPUTADA EMILIA BELINATI, EM SESSÃO DO DIA 19 DE ABRIL DE 1994.

"Índios dos anos 90 já morrem até de Aids. São três casos registrados. Outra preocupação é com a grande incidência de doenças nos olhos."

Raquel Santana  
"O Estado do Paraná"

Quando o Brasil foi descoberto, estima-se que havia de 4 a 6 milhões de índios no país, espalhados em dois grandes grupos, os Tupi e os Gê, que viviam no Litoral e em algumas regiões do interior. Hoje, quase cinco séculos depois, restam pouco mais de 100 mil, distribuídos em cerca de duzentos povos.

Na população indígena brasileira existem ainda em torno de quarenta povos desconhecidos da civilização, que vivem em estado totalmente selvagem em 82 pontos do Brasil.

#### Genocídio

Ao contrário do que muita gente pensa, o genocídio dos índios não aconteceu somente no período da colonização. Segundo o Conselho Indigenista Missionário, só no ano passado 43 índios foram assassinados, 85 sofreram atentados e seiscentos receberam ameaças de morte. Além disso, há denúncias de índios usados como mão-de-obra escrava.

Juntando isso ao fato de terem suas terras cada vez mais ameaçadas pela "civilização", perdendo dia a dia sua cultura primitiva, pode-se entender porque os Kaiowá, tribo que vive no Mato Grosso do

Sul, acabam cometendo suicídio.

Em 1986, quando isso aconteceu pela primeira vez, trinta índios morreram. Desde então, a prática foi se tornando comum.

#### Hoje, só em fotos

Para os índios da tribo Avã-Guarani, abaixo retratados em 1982 em fotos de Joel Petroski, não há muito o que comemorar no seu dia. Eles viviam na Reserva da Barra do Ocof, no Interior do Paraná, até que suas terras foram alagadas em 82 para a formação do Lago de Itaipu. Depois disso, os índios se dispersaram em outras reservas e atualmente estão praticamente desaparecidos.

As fotos mostram que, mesmo vivendo em condições precárias e em meio a muita miséria, os Avã-Guarani formavam uma comunidade estruturada. A tribo mantinha muitos dos usos e costumes de seus ancestrais. Hoje, só resta o registro fotográfico de (mais) uma tribo desfeita pelo progresso do homem branco.

Doenças típica da sociedade moderna, como a Aids e o câncer, já chegaram até os índios. A Casa de Saúde dos Índios, em Curitiba, que atende uma média de cinquenta pacientes por mês, já tratou três casos de Aids desde 1988. O primeiro caso registrado foi de um índio de Santa Catarina e os outros dois, em 1991 e 1993, foram de uma reserva do Norte do Estado. O médico da casa, Paulo Caiana, admite a possibilidade de ter mais índios infectados nas reservas.

"Não fizemos um levantamento completo", justifica. De acordo com o médico, os casos registrados foram de índios "desaldeados" (que moram fora da aldeia). Caiana diz que a FUNAI, junto com o Sistema Único de Saúde - SUS, vem fazendo um trabalho preventivo em relação à doença. "Fizemos alguns testes", conta. O médico foi o primeiro a atender um caso desta doença entre a comunidade indígena do Brasil e chegou a fazer um trabalho sobre o assunto.

#### Bicho-de-pé

Fora a Aids, o médico trabalha com outros tipos de doenças que atingem os índios. "Eles moram muito próximos aos brancos e acabam sendo contaminados", explica.

Não se sabe o porque, ainda mas as reservas apresentam uma grande incidência de doenças oftálmicas, além das já conhecidas tuberculose, desidratação e doenças infecto-contagiosas. Mas nada disto é comparável, de acordo com o médico, com a situação do povo quando ele assumiu a Casa em 1975.

"Naquela época as doenças eram decorrentes da falta de higiene mesmo", lembra. Caiana conta que bicho-de-pé e o famoso "berne" eram diagnósticos corriqueiros.

Não que o câncer, por exemplo, não existisse. "Acho que só não era diagnóstica", especula. O médico lembra que neste período as doenças estavam mais ligadas às condições de vida dos pacientes. "Hoje elas estão mais controladas", avalia.

A Casa de Saúde do Índio funciona como uma espécie de posto de triagem para os pacientes. Acompanhados pelas famílias, os doentes vêm em busca de atendimento mais sofisticado, que só Curitiba pode oferecer. O médico explica que na Casa sempre tem "um lugarzinho" para eles. "Os índios já se sentem discriminados enquanto são. Imagine quando estão doentes e têm que procurar atendimento. Preferem morrer a ter que se expor", diz.

A Casa é quem se encarrega, por exemplo, de encaminhar cada paciente para a sua especialidade. O médico mantém contato com todos os hospitais da cidade que atendem pelo SUS. "Aqui só fazemos a triagem e auxiliamos no tratamento" explica. Nela, somente os pacientes eletivos é que permanecem. O mais curioso, de acordo com o médico, é que ali eles se sentem mesmo em casa. Paulo Caiana, além de médico, é descendente da tribo Cariri, de Pernambuco. Ele "arranha" vários idiomas indígenas.

#### Paraná tem 17 Reservas. Veja quais são.

Reserva de Apucarana - população: 493 caingangues. Área demarcada: 5.574 hectares na cidade de Londrina.

Laranjinha - população: 152 guaranis. Área demarcada: 284,84 hectares na cidade de Santa Amélia.

Pinhaizinho - população: 100 índios das tribos guarani, caiua e terena. Área demarcada: 593 hectares na cidade de Tomazina.

Barão de Antonina - população: 246 caingangues, 164 guaranis, caiua e terena. Área demarcada: 3.751 hectares em São Jerônimo da Serra.

São Jerônimo da Serra - população: 176 caingangues e 159 guaranis. Área demarcada: 1.339 hectares em São Jerônimo da Serra.

Palmas - população: 570 caingangues. Área demarcada: 2.944 hectares na divisa entre Palmas e Abelardo Luz (SC).

Faxinal - população: 262 caingangues. Área demarcada: 2043 hectares em Cândido de Abreu.

Ivaí - 897 caingangues. Área demarcada: 7.306 hectares no Município de Manoel Ribas.

Marrecas - população: 477 caingangues. Área demarcada: 16.839 hectares no Município de Guarapuava.

Rio Areia - população: 80 caingangues e guaranis. Área demarcada: 390 hectares no Município de Inácio Martins.

Rio das Cobras - população: 1.831

caingangues e 417 guaranis. Área demarcada: 18.682 hectares no Município de Laranjeiras do Sul.

Ocof - população: 201 avãs-guaranis. Área demarcada: 231 hectares em São Miguel do Iguaçu.

Mangueirinha - população: 1.126 caingangues e 317 guaranis. Área demarcada: 16.376 hectares. A reserva tem problemas com a demarcação. Uma parte dela está sub-judice. O Município é Mangueirinha.

Queimadas - população: 327 caingangues. Área demarcada 3.081 hectares em Ortigueira.

Lote do Vitorino - população: 10 índios. Área demarcada: 23,5 hectares em Cândido de Abreu.

Mococa - população: 78 caingabgues. Área demarcada: 848 hectares em Ortigueira.

Ilha da Cotinha - população: 120 guaranis. Área demarcada: 1.700 hectares em Paranaguá.

**Dia do Índio? Não há o que comemorar**

Orlando Villas Boas fala dos 42 anos que passou na Selva e diz que a condição do índio brasileiro é revoltante.

"Folha de Londrina"

Com lentes de fundo de garrafa, olhos pequenos que se perdem nos aros grossos dos óculos, Orlando Villa Boas, 80 anos, vê muito mais do que muita gente. Ele esteve em Londrina na semana passada a convite do empresário Alfons Gardeman, um dos seus milhares de amigos espalhados por todo o Brasil.

"Conhecer uma figura igual a ele é uma sorte e a todo momento surpreende", revelou o antropólogo e senador Darci Ribeiro ao saber dessa entrevista à Folha. Na verdade ninguém pode avaliar a criatura humana que é Orlando. Sua simplicidade começa pelo modo de vestir (vai ao banheiro e esquece de abotoar as calças, os bolsos normalmente estão para fora) e termina na humildade de sua alma.

Foi fácil entrevistá-lo durante quase três horas de fita gravada.

Além de conhecer o problema indígena do Brasil o sertanista participou da sua história quando ainda ninguém falava do assunto. Com seus irmãos Leonardo e Cláudio ele foi para os sertões ainda moço e ali entregou mais da metade de sua vida. Esta existência nas selvas custou-lhe o preço de 250 malárias, mas mesmo assim ele ri da desgraça.

O mais surpreendente de tudo, foi o que ela não falou. Orlando passa dificuldades com a sua mísera pensão de três salários mínimos. A denúncia partiu de um amigo que lhe acompanhava em Londrina. Ele não ficou sabendo que sabíamos disso. Não perguntamos nada a ele, porque também fo-

mos avisados que poderia perder as estribeiras.

Este nosso patrimônio falou de tudo, menos de suas dificuldades atuais. "É o Orlando pensando no Brasil esquecendo de si mesmo, como foi sempre na vida", afirmou o amigo que revelou a realidade de um homem que deve ser respeitado.

**Entrevista a Paulo Ubiratan**

Folha - O que o senhor acha do Dia do Índio, comemorado hoje?

Villas Boas - Acho que o dia do índio deve ser todos os dias. "A comemoração foi instituída há muitos anos no México num congresso em que participou o Marechal Cândido Rondon. A finalidade era marcar uma data para chamar a atenção da humanidade que essa gente não era bicho. Hoje essa coisa está meio folclórica e o Dia do Índio não representa mais nada.

Folha - Isso é desabafo.

Villas Boas - É revolta! O que se pode comemorar se na nossa cara os índios estão morrendo de doenças disseminadas pelos brancos: as demarcações de suas terras estão atrasadas há mais de 30 anos: a FUNAI - Fundação Nacional do Índio - está quebrada e o nosso Governo ainda não definiu uma política indianista.

Folha - O senhor é a favor da emancipação do índio?

Villas Boas - Não se pode pensar em emancipação do índio antes de demarcar suas terras. Primeiro temos que dar-lhes meios para sobreviver e depois entregar-lhes a cidadania-pátria. Caso contrário, vamos repetir a tragédia da libertação do negro. Ele foi alforriado e não sabia o que fazer na vida porque não lhes deram meios para sobreviver.

Folha - Vamos mudar um pouco o assunto e falar do senhor.

Villas Boas - Será que vale a pena?

Folha - Vale a pena, desde que a alma não seja pequena. Foram 42 anos passados no sertão?

Villas Boas - Foram 42 anos de selva, índios e 250 malárias pegadas pelos sertões (gargalhada). A turma pensa que estou brincando quando falo das minhas malárias. Elas estão catalogadas na Faculdade Paulista de Medicina para quem quiser ver.

Folha - Isto merece registro no "Guinness Book".

Villas Boas - Nas minhas andanças já vi gente com mais.

Folha - O senhor está fugindo de falar sobre o Orlando Villas Boas?

Atualmente a FUNAI não tem nenhuma força, nenhuma representatividade, Collor esfaleceu com o órgão.

Villas Boas - (Fingindo não ouvir) Bem, eu e os meus irmãos Cláudio e Leonardo fomos para o sertão empurrados pela ne-



cessidade. Meu pai, o advogado Agnelo Villas, ficou muito doente e nós perdemos tudo para tratá-lo. Ele foi dono de muitas terras e vivíamos muito bem. Ele chegou a trabalhar com Rui Barbosa numa demanda de terras aqui no Norte do Paraná. Ele morreu em maio de 1942 e minha mãe, Maria, morreu em dezembro do mesmo ano.

**Folha** - Os irmãos Villas Boas antes de entrarem no sertão já tinham consciência do problema indígena? Ou seriam uns pequenos burgueses em busca de aventura?

**Villas Boas** - Eu acho que todos nós éramos aventureiros e aos poucos fomos tomando consciência de nossas responsabilidades. Eu tinha 20 anos e era funcionário da Esso Standar Oil. Eu e meus irmãos estávamos de férias. Era época da Segunda Guerra e o Getúlio Vargas resolveu fazer a marcha para Oeste. O Rio de Janeiro era muito vulnerável como capital do Brasil. Foi o primeiro ato concreto para se transferir a capital para o centro do País, que acabaria com a construção de Brasília.

**Folha** - Como vocês caíram na selva?

**Villas Boas** - Tudo começou com a Fundação Brasil Central e a Expedição Roncador-Xingu, implantadas pelo ministro plenipotenciário da mobilização econômica no tempo da Segunda Grande Guerra, João Alberto. Ele pertenceu a Coluna Prestes e era grande conhecedor de nosso território.

**Folha** - Então vocês chegaram lá de terno e gravata e pediram para ser sertanistas.

**Villas Boas** - Coisa nenhuma. O chefe da expedição não contratava garotos da cidade. Somente contratava sertanejo de pêlo duro. Chegamos na região da Barra Goiana (hoje Barra do Garça) nas margens do rio Araguaia e fomos direto para a base. Eu e meus irmãos deixamos a barba crescer, fizemos o tipo pêlo duro e nos apresentamos como sertanejos.

**Folha** - Como foi a primeira experiência como sertanistas?

**Villas Boas** - Deixa eu contar um episódio interessante. Nós fomos denunciados pelo crime de sermos alfabetizados.

**Folha** - Como assim?

**Villas Boas** - Na época, o Brasil sofria de uma crise muito grande de alfabetizados. Quando o chefe soube que sabíamos ler e escrever me colocou na secretaria da expedição, o Leonardo ficou chefe do pessoal e o Cláudio assumiu a chefia do almoxarifado. Em 1949 eu fui nomeado chefe da base.

**Folha** - E o contato com os índios?

**Villas Boas** - Os primeiros índios que encontramos foram os Xavantes, na Serra do Roncador a 5 cinco quilômetros do Rio das Mortes. Eles fizeram mais de 200 escaramuças. Para chegar até eles tivemos que ca-

minhar 11 meses. Neste local implantamos o posto avançado Doutor Estilac, que era o médico da expedição e irmão do militar mais nacionalista que conheci, o general Estilac Leal. Foi ali que os Xavantes fizeram o primeiro ataque... Durante todo o nosso trabalho entramos em contato com 20 tribos e pacificamos 14.

**Folha** - Vocês mataram muitos índios?

**Villas Boas** - Cada um de nós tinha um mosquetão e 50 cartuchos. Nunca matamos índio e nunca atiramos contra eles. A nossa expedição era formada por homens que ficaram conhecidos como "os homens sem leis do Brasil Central", porque, antes, eles haviam praticado muitos crimes. Com exceção dos irmãos Villas Boas e o chefe, o restante do grupo vinha do garimpo. Somente duas vezes atiramos para o alto. Foi para espantá-los porque corríamos perigo de vida.

**Folha** - Mesmo com toda a inexperiência, vocês já tinham uma filosofia de trabalho para tratar os índios?

**Villas Boas** - Nós usávamos a política de não utilizar nenhuma hostilidade contra o índio. O próprio Marechal Cândido Rondon nos elogiava por causa disso.

**Folha** - É verdade que vocês não deixavam nenhuma missão religiosa e entidades internacionais se aproximar das reservas indígenas?

**Villas Boas** - Chegamos a armar grandes brigas com entidades internacionais. As missões são outras grandes empulhações. Os padres Salesianos chegaram a pedir até a interferência do Papa junto ao Getúlio Vargas mas nada conseguiram. Índios não precisa de catequese.

**Folha** - Então o índio deve ficar ignorante?

**Villas Boas** - Índio não é ignorante. Ele possui uma cultura diferenciada e uma filosofia própria de conhecimento. Certa vez um cacique em dia de lua cheia me disse: "Villas Boas, você está vendo este céu? Este céu que a gente vê mostra apenas que existe uma grande sabedoria atrás dele..." Isso é lindo! Além de ser poético ele revela a sabedoria do índio. O mais surpreendente, é que esse cacique nunca havia se aproximado de um padre ou de um pastor. Recentemente vimos índios se suicidando nas tribos por causa de religião.

**Folha** - E a FUNAI, como vai?

**Villas Boas** - Mal, obrigado (sorriso). Eu fui um dos fundadores da FUNAI, mas atualmente e infelizmente ela não tem nenhuma representatividade e força. O Fernando Collor com sua cabeça felina acabou de esfacelar o órgão. Repassou todas as verbas destinadas à saúde, educação e desenvolvimento dos índios aos respectivos ministérios.

**Folha** - Explique melhor.

**Villas Boas** - Atualmente, as verbas dos índios foram parar nos Ministérios da Saúde, da Educação, da Agricultura e do Meio Ambiente. Hoje chega-se ao Ministro da Saúde, ele diz: "Estamos prontos para curar o índio. É só trazê-lo para Brasília..." Como vamos trazer o índio doente para Brasília? A verba para a medição da terra indígena foi para o Ministério da Agricultura e a aberração maior foi levar a verba de educação, para o índio aprender língua Portuguesa, para o Ministério da Agricultura.

**Folha** - Somente Collor praticou aberrações contra os índios?

**Villas Boas** - As maiores depredações contra a FUNAI foram praticadas pelo presidente Sarney e o ex-diretor do Órgão Romero Jucá. Os dois usaram os índios para fins eleitoreiros, mandando o Romeu Tuma, que era superintendente da Polícia Federal, explodir os campos de pouso dos garimpeiros. O Tuma que gosta de aparecer fez o maior carnaval.

**Folha** - Mas os garimpeiros não atropalham a cultura indígena?

**Villas Boas** - Naquela região existia uma situação diferenciada, em que o garimpo ajudava o índio que estava abandonado à própria sorte. Além do mais, a coisa aconteceu para favorecer grupos poderosos que especulavam ouro. O procedimento dos dois foi safado, depois o Jucá foi nomeado governador de Rondônia para segurar as eleições ao Senado do Sarney.

**Folha** - O senhor foi convidado a cooperar com a FUNAI?

**Villas Boas** - Sim. Eu fui convidado pelo atual presidente, o Dinarte, que não conheço pessoalmente. Ele disse que eu estou sendo necessário lá.

**Folha** - Para que dia foi marcada a posse?

**Villas Boas** - Meu filho, eu somente piso em coco quando eu não vejo ele no chão. Eu não quero ser presidente. Eu não tenho mais saco para andar pelos corredores dos Ministérios e da Câmara pedindo dinheiro para a FUNAI. Até aceitaria ajudar na função de relações públicas, procurando para um blá-blá o presidente Itamar, que é outro que não está fazendo nada para os índios. Posso ajudar em tempo de crise. O Procurador Geral da República mandou-me uma carta melosa dizendo que precisa falar comigo. Quem sabe nessa conversa eu possa pedir alguma coisa para a FUNAI.

**Folha** - E o livro que o senhor está escrevendo?

**Villas Boas** - Esta será a minha última obra literária, pois já tenho 8 livros publicados ameaçando a cultura nacional (gargalhadas). Este livro vai condensar meu diário sobre os 42 anos com os índios e será lançado em agosto. O diário mede

quatro metros de altura de papel. A Editora Globo pediu para que eu procurasse quatro amigos para fazerem o prefácio do livro. Eu fui contra, pois não se pede para amigo uma coisa dessa. Prefaciando livro é uma desgraça, pois o sujeito tem que elogiar mesmo não gostando da obra. Eu já pedi para o Antonio Houais e o Darci Ribeiro para que fizessem um escrito sobre os índios brasileiros sem referenciar o livro. Os dois acabaram me elogiando contradizendo a proposta.

**Folha** - O livro fala como os homens da expedição faziam sexo na mata?

**Villas Boas** - Nós sobrevivíamos no sertão da mesma forma que um presidiário honesto (gargalhada). Eu não tinha muitos problemas porque como presidente da FUNAI eu ia muito a Brasília e a São Paulo buscar recursos...

**Folha** - Então o restante da expedição fazia voto de castidade?

**Villas Boas** - Não chegava a tanto. Nós abrimos diversos campos de pousos na selva e a Força Aérea proporcionava viagens para o pessoal quando estavam de licença. Nós tínhamos grande entrosamento com a FAB e fomos nós que ajudamos a demarcar o Centro Geográfico do Brasil.

**Folha** - Como foi a reação da expedição, nos anos 40, quando pela primeira vez deparou-se com as índias nuas?

**Villas Boas** - Apesar de não sermos um bando de tarados, houve um princípio de apavoramento. Há dois meses não víamos mulheres. Os 18 Homens Sem Leis do Brasil Central eram pessoas fugidas do Piauí, Bahia e outros estados do nordeste. O menos violento tinha mais de 10 mortes nas costas. Devo registrar que descobri facetas fantásticas de princípios éticos e morais nessa gente. Nenhuma vez registramos casos de estupro ou qualquer outro tipo de violência contra a mulher indígena.

**Folha** - Como senhor vê a invasão de estrangeiros em território brasileiro, com a justificativa de defender o índio?

**Villas Boas** - Começo minhas críticas com este cantor Sting em viajar pelo mundo com nossos índios. Atrás disso está o interesse particular. Depois que os Beatles visitaram a Rainha da Inglaterra todos os artistas querem fazer o mesmo. No caso desse cantor, o beijo do índio Raoni serviu-lhe de cartão de visita para chegar à Rainha. Isto também faz muito mal para a cultura do índio, que vai conhecer coisas que não estão ao seu alcance. O Raoni me contou que gostou da viagem, mas achou muito engraçado um homem vestido de mulher que queria passar-lhe a mão na cabeça. O Raoni disse que lhe deu um tapinha na barriga... Era o Papa!

**Folha** - E a interferência internacional, principalmente na Amazônia, desfral-

dando a bandeira da ecologia e do índio?

**Villas Boas** - É o caso dos ianomâmis. Há mais de 30 anos eu alertei o exército sobre o perigo de nossas fronteiras, principalmente com a Venezuela, com a extensão de 11 mil quilômetros. Na ocasião foi formado o Batalhão de Selva que foi treinado no Xingu onde emprestamos a nossa experiência. Atualmente, existe uma proposta velada das nações desenvolvidas de transformar aquela região em zona internacional, sob a tutela da ONU.

**Folha** - O interesse maior não é pelas reservas minerais que existem lá?

**Villas Boas** - Lógico. O ianomâmi é muito atrasado. Dezenas de missões religiosas estrangeiras estão lá fazendo a cabeça deles. A sacanagem é induzir aqueles índios e pedirem intervenção diretamente à ONU naquela região. A realidade é que a demarcação daquela fronteira é muito precária. Veja que precisou mais de um mês para se saber que 12 Yanomâmis foram mortos em território venezuelano e não no Brasil, como estava sendo noticiado.

**Folha** - Na sua opinião a FUNAI deve continuar sob a subordinação do Ministério da Justiça?

**Villas Boas** - Eu acho que a FUNAI deve ser agregada ao Gabinete Civil da Presidência da República, porque as prerrogativas da FUNAI se equiparem com a de um governador de Estado em proporção menor.

**Folha** - E a questão do índio Paiacã, acusado de estuprar uma moça?

**Villas Boas** - O Paiacã é um monstriño, mas a culpa não é somente dele. Ele estava bêbado e a responsabilidade é também de quem lhe deu a bebida e vai por aí fora... Conforme o Estatuto do Índio ele possui todas as regalias para não ser condenado. Eu sou contra isto. Deveria existir uma lei de que todos os índios destribalizados, como é o caso do Paiacã, devam responder pelas leis do País.

**Folha** - Então teremos que mudar o estatuto do índio?

**Villas Boas** - Lógico. Há mais de 30 anos eu chamei a atenção do ministro Themistocles Cavalcanti quando ele implantava o Estatuto. Inclusive, na época, eu propus tirar a cidadania indígena das índias casadas com brancos, pois estes brancos passam também a ser tutelados do Estado. Ele achou muita graça da minha proposta e deixou o Estatuto como estava.

**Folha** - O senhor foi um dos únicos brasileiros lembrados para receber o Prêmio Nobel da Paz. Como foi isso?

**Villas Boas** - Foi a Inglaterra que lançou a idéia. Meu nome foi o único que recebeu apoio de 21 entidades internacionais. Você sabe que somente entidades internacionais podem indicar oficialmente

algun nome para o Nobel. O Presidente Médici, num rompante de burrice, mandou uma comissão governamental para a Noruega e Suécia pedindo apoio ao meu nome. Dai caiu tudo por terra. Mas mesmo assim eu fiquei feliz, porque quem ganhou foi a madre Teresa de Calcutá.

**Folha** - É verdade que há 60 anos o senhor visitou Londrina?

**Villas Boas** - É verdade. Passei por aqui para jogar futebol em Cambará. Fui aluno de Frederich, craque do antigo Palestra Itália, hoje Palmeiras, e da Seleção Brasileira. Londrina era cheia de tocos pelas ruas e eu nunca pensei que chegasse a essa coisa louca de progresso. Joguei muito futebol mas nunca entrei em um estádio.

**Folha** - Isto não é um sinal de frustração por não ter sido um bom jogador de futebol?

**Villas Boas** - Até pode ser. Mas acho que minha sina era ser mesmo sertanista.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 2.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março de hum mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato dos Projetos de Lei n.ºs 398/93 e 467/93. Na sequência o Senhor Presidente solicita ao Deputado Nereu Moura o Parecer ao Projeto de Lei n.º 398/93. Parecer CONTRÁRIO à aprovação. Colocado em discussão e posterior votação foi APROVADO por unanimidade. Ao Deputado Antônio Costenaro é solicitado que apresente seu Parecer ao Projeto de Lei n.º 467/93. Parecer pela REJEIÇÃO. Colocado em discussão e posterior votação foi APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 29.03.94.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

Rubens Bremer - Secretário

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 04 (quatro) dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Deputado Severino Félix. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos, constando da Ordem do Dia o relato do Projeto de Lei nº 727/93. Na sequência o Senhor Presidente solicita ao Deputado Antonio Costenaro que apresente o seu Parecer ao Projeto de Lei nº 727/93. Parecer pela

Curitiba, terça, em 19.04.94

APROVAÇÃO. Colocado em discussão e posterior votação foi APROVADO por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Rubens Bremer, Secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em 04.04.94.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

Rubens Bremer - Secretário